

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AS FLUTUAÇÕES DO EMPREGO FORMAL EM MANAUS: 1995-2005

HELDER GUIMARÃES LÓRIS

MANAUS

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

AS FLUTUAÇÕES DO EMPREGO FORMAL EM MANAUS: 1995-2005

Dissertação apresentada
como requisito obrigatório
para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento
Regional.

Helder Guimarães Lóris

Orientador: Prof. Dr. Luiz Roberto Coelho Nascimento

MANAUS

2010

Ficha Catalográfica

(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

L872f Lóris, Helder Guimarães

As flutuações do emprego formal em Manaus: 1995-2005 /Helder Guimarães Lóris.- Manaus: UFAM, 2010.

84f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) —
Universidade Federal do Amazonas, 2010.

Orientador: Prof^o. Dr^o. Luiz Roberto Coelho Nascimento

1. Política econômica- Manaus 2. Mercado de trabalho- PIM
3.Criação de empregos- Manaus I. Nascimento, Luiz Roberto Coelho
(Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU(1997) 332.142(811.3)(043.3)

Helder Guimarães Lóris

AS FLUTUAÇÕES DO EMPREGO FORMAL EM MANAUS: 1995-2005

Dissertação apresentada como
requisito obrigatório para a
obtenção do título de Mestre
em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em 15 de julho de 2010

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Roberto Coelho Nascimento

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Mauro Thury de Vieira Sá

Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. Ricardo José Batista Nogueira

Universidade Federal do Amazonas

DEDICATÓRIA

*A MINHA ESPOSA, LAURA,
AOS MEUS FILHOS, HEITOR E GIOVANNI,
AOS MEUS PAIS, CARLOS E
TEREZINHA.*

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, pela paciência e dedicação em apontar as diretrizes para a realização deste trabalho;

Aos professores Mauro e Lenice, pela oportunidade de discussão de tópicos relativos ao tema desta dissertação;

A minha amada esposa Laura, pelas dicas e incentivo nos momentos de esmorecimento;

A “Turma do Funil” pela consideração e respeito e, principalmente, pelos dias de descontração e alegria;

Aos amigos Salomão, Chicão, Renato, Willian, Débora, Thayana dentre outros;

Ao Corpo Docente e ao Luizinho pelo apoio; e

A Deus, pela vida.

RESUMO

A década de 1990 é considerada um marco na história econômica do Brasil. As transformações estruturais experimentadas a partir das mudanças na política econômica, principalmente a abertura comercial, proporcionaram impactos positivos e negativos à sociedade brasileira que, ainda hoje, são objetos de importantes estudos. A classe trabalhadora, sem dúvida a mais exposta aos efeitos das mudanças, sentiu o peso destas transformações ao longo de todo o processo de inserção econômica do país à nova ordem mundial. Esta dissertação analisa o mercado de trabalho formal da cidade de Manaus, a partir da segunda metade da década de noventa até o ano de 2005. O objetivo geral é emitir um diagnóstico sobre a dinâmica desse mercado, procurando identificar indícios da relação entre a referida dinâmica e o comportamento de algumas variáveis macroeconômicas, tais como a taxa de câmbio e as flutuações do produto interno bruto amazonense. A base teórica subjacente às análises contém conceitos sobre os ciclos econômicos, os determinantes do mercado de trabalho e seus fatores, bem como as taxas de criação e destruição de empregos. Quanto ao método de análise, optou-se por uma adaptação dos procedimentos criados por Davis e Haltiwanger, que consistem na estimação de taxas de criação e destruição de empregos e suas derivações a partir do estoque de empregados nos setores e subsetores da economia manauense. Complementarmente utilizou-se o índice de turbulência ou índice de mudança estrutural e algumas medidas de caráter descritivo. Os resultados obtidos, tendo como o instrumental de análise os elementos supracitados, permitiram concluir que o mercado de trabalho formal de Manaus possui uma dinâmica relativamente diferenciada e mais intensa em termos de taxas de criação e destruição de empregos e, conseqüentemente, realocação de postos de trabalho do que a economia nacional, o que pode representar, sob um certo ponto de vista, algo positivo para a sociedade amazonense, particularmente, para a classe trabalhadora.

Palavras-chave: Mercado de Trabalho; Criação de Empregos; PIM.

ABSTRACT

The 1990 is considered a milestone in the economic history of Brazil. The structural changes experienced by changes in economic policy, especially trade liberalization, had provided positive and negative impacts to the Brazilian society that even today, are important objects of study. The working class, without a doubt the most exposed to effects of the changes, felt the weight of these changes throughout the process of economic integration of the country to the new world order. This dissertation analyzes the formal labor market in Manaus, from the second half of the nineties until the year 2005. The overall goal is to issue an assessment of the dynamics of this market, looking for clues to identify the relationship between this and the dynamic behavior of some macroeconomic variables such as exchange rates and fluctuations in gross domestic product of Amazonas. The theoretical analysis contains underlying concepts of business cycles, the determinants of labor market and its factors, as well as the rates of job creation and destruction. The method of analysis, we opted for an adaptation of procedures established by Davis and Haltiwanger involving the estimation of rates of creation and destruction of jobs and their derivations from the stock of employees in the sectors and subsectors of the economy Manaus. In addition, we used the turbulence index or index of structural change and some descriptive measures. The results, with the instrumental analysis of the abovementioned factors, concluded that the formal labor market dynamics of Manaus has a relatively differentiated and more intense in terms of rates of creation and destruction of jobs and hence reallocation of posts work than the national economy, which may represent, from a certain point of view, something positive for the Amazonian society, particularly for the working class.

Keywords: Market Work; Creation of Jobs; PIM.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mercado de Trabalho: Modelo Clássico.....	28
FIGURA 2 – Mercado de Trabalho: Modelo Keynesiano	28
GRÁFICO 1- Índice de Mudança Estrutural	55
GRÁFICO 2 – Evolução do Emprego no Setor Público.....	67
GRÁFICO 3 – Variação do Emprego no Setor de Construção Civil	69
GRÁFICO 4 – Evolução do PIB e do Emprego no Amazonas 1995-2005	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação relativa dos grandes setores no total de empregos formais em Manaus 1995-2005	50
Tabela 2: Evolução da Emprego por setores/subperíodos: 1995--2005	51
Tabela 3: Taxas de JC, JD, NEG e GJR em Manaus 1995-2005.....	58
Tabela 4: Taxas de Criação, Destruição, Criação Líquida e Realocação de Emp./Brasil 1995-2005.....	61
Tabela 5: Taxas para os 3 setores mais importantes 1995-2005.....	63
Tabela 6: Evolução do PIB PM e do Emprego no Amazonas 1995-2005	73
Tabela 7: Taxas de JC, JD, NEG e GJR em Manaus 1995-2005 (s/médias).....	75

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 MARCO CONCEITUAL	16
2.1 Os Ciclos Econômicos e Variações do Produto	16
2.2 O Mercado de Trabalho e as Teorias Modernas	23
2.3 A Demanda e a Oferta de Trabalho.....	31
2.4 Criação, Destruição e Realocação de Trabalho	34
3 MÉTODO DE ANÁLISE	38
3.1 Taxas de Criação e Destruição de Empregos	38
3.2 O Índice de Turbulência	43
3.3 Fonte de Dados.....	44
4 A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO DE MANAUS 1995-2005.....	46
4.1 Os Condicionantes Macroeconômicos e Alguns Fatos Estilizados	46
4.2 A Evolução dos Setores mais importantes sob os efeitos do Câmbio e do PIB ...	49
4.3 O Índice de Turbulência ou de Mudança Estrutural - IME	54
4.4 As Taxas de Criação e Destruição de Emprego em Manaus 1995-2005.....	57
4.5 A Dinâmica dos Setores Público e Construção Civil	64
4.6 A Economia e a Dinâmica do Emprego Formal em Manaus	70
5 CONCLUSÃO.....	77
6 BIBLIOGRAFIA.....	83

1.INTRODUÇÃO

A década dos anos 1990, a exemplo de outras décadas passadas, acumulou também importantes transformações políticas e econômicas em diversas regiões do mundo. Nesta perspectiva, a integração dos mercados regionais, a abertura de muitas economias ao mercado internacional, a ampliação da economia de mercado decorrente do fim da Guerra Fria e o clamor da sociedade em respeito ao meio ambiente representam os traços marcantes desta época.

O Brasil, um país de economia reflexa, experimentou a abertura comercial, de forma radical de modo que “(...) provocou uma profunda reestruturação industrial (...), trazendo benefícios aos consumidores pela disponibilidade de bens e serviços a preços acessíveis e com razoável melhoria tecnológica, apesar de que tudo isto gerou impactos negativos sobre o nível de emprego” [LACERDA, et al, 2003.].

Embora o Brasil tenha experimentado fases satisfatórias e também ruins no que se refere à geração de empregos na sua trajetória moderna de crescimento econômico, algumas dessas fases tiveram fatores determinantes de acordo com o que prescrevem as teorias relativas ao assunto, enquanto que outras causas foram pouco comuns. Observa-se que em alguns períodos inseridos entre os anos 1995 e 2005, houve incremento da taxa de desemprego, por conta do processo de reestruturação produtiva em regiões de expressiva produção industrial. A reestruturação em alguns setores era inevitável, mas deu início a uma fase de

modernização do parque industrial brasileiro, de forma que, intensificou o contingente de desempregados em todo o país.

De fato, por conta da abertura comercial, entre outros fatores, o desemprego tem apresentado dinâmicas diferenciadas em algumas regiões brasileiras. Na década dos anos 1990, por exemplo, a Região Norte experimentou o maior crescimento de sua população economicamente ativa (PEA) ocupada, algo em torno de 55,2% (POCHMANN, 2000). Isto foi resultado, tanto da migração de trabalhadores que buscavam melhores condições de vida, quanto da inserção de contingentes de jovens nativos da região que atingiram a idade que os capacitavam a entrar no mercado de trabalho. Apesar do impulso dado pela economia ao mercado de trabalho, contudo, as estatísticas indicam que a taxa de desemprego da região diferenciou-se substancialmente em comparação com a média nacional e também de outras regiões. Os dados estatísticos da variação do número de desempregados entre os anos 1992 e 2004 revelam que, em nível nacional foram de 78,4%, enquanto que na Região Norte o percentual foi de 88,2%, ou seja, uma variação superior de quase 10 pontos percentuais¹. Ressalta-se ainda que esta estimativa foi a maior variação dentre as cinco macrorregiões do Brasil.

Assim como o desemprego manifestou-se de maneira heterogênea nas demais regiões do país, seu comportamento intra-regional não foi diferente. Cada ente federativo que compõe a Região Norte desenvolveu traços peculiares quanto ao comportamento do mercado de trabalho. No Estado do Amazonas, por exemplo, onde se encontra instalado o maior parque industrial da Região Norte – o Pólo

¹ TAFNER, Paulo (Org.). Brasil: o estado de uma nação. IPEA, 2006. 334 p.

Industrial de Manaus/PIM – que aglomera cerca de 600 empresas, gerando mais de 100 mil empregos diretos e mais de 400 mil indiretos², o comportamento do mercado de trabalho também adquiriu características próprias. As empresas passaram a adotar medidas capazes de melhorar os processos produtivos tendo em vista a necessidade de auferir competitividade dos produtos ali fabricados. Resultou que o índice de desemprego estrutural, como reflexo da destruição de postos de trabalho, aumentou consideravelmente nas indústrias situadas no PIM. Para se ter uma ideia, em 1990 o pólo industrial de Manaus atingiu o número de 76.000 empregos diretos, tendo este número sido reduzido para menos de 38.000 em 1993 (GUAJARINO, 2005). Certamente muitos postos de trabalho foram destruídos em comparação com os postos criados. No entanto, na primeira metade da década dos anos 2000, os empregos foram paulatinamente crescendo, de tal monta que o PIM encerrou o ano de 2006 dando sinais de que a situação estaria se revertendo. Apesar desta lenta recuperação, observa-se que a produção cresce, mas os salários e a demanda de trabalho crescem muito menos (NASCIMENTO, 2007).

Nessas entrelinhas percebe-se que o mercado de trabalho da Região Norte e, particularmente, em Manaus, é tão dinâmico quanto de outras regiões e cidades de mesmo porte no Brasil. A ocorrência de desemprego na indústria de transformação de Manaus, posto que é o principal segmento que move todos os demais, irá repercutir no desempenho dos negócios e por sua vez nas receitas dos setores comerciais e de serviços, e também no nível de empregos de muitas micros e pequenas empresas.

² WWW.suframa.org.br

Essas mutações estruturais no plano regional, ainda merecem ser estudadas. Assim, este estudo tem o propósito de realizar um diagnóstico das flutuações do emprego formal na capital do Amazonas, procurando caracterizar a dinâmica do seu mercado de trabalho. O período a que se reporta o estudo é 1995-2005. No plano específico, este estudo visa:

i) Identificar os setores mais dinâmicos da economia manauense em termos de criação e destruição de postos de trabalho; e

ii) criticar o comportamento das flutuações do emprego formal em Manaus diante das variações do produto interno bruto do Amazonas e a relação destas com os choques provenientes da demanda e/ou associados à tecnologia.

Justifica dá ênfase sobre a dinâmica do emprego no plano regional, uma vez que a realização de estudos do mercado de trabalho da Região Norte, especificamente de uma cidade do porte de Manaus, seja no sentido de verificar a capacidade de realocação dos recursos da economia local, de construir fatos estilizados para a teoria econômica, de compreender o mecanismo de interdependência dos principais setores, ou de estabelecer os padrões de criação e destruição de postos de trabalhos é de grande importância à medida que fornece ao governo, à indústria, aos trabalhadores e a outros grupos uma compreensão maior dos conceitos e processos econômicos na formulação de política social (EHRENBURG *et al*, 2000) voltada para a manutenção e geração de emprego e renda - único antídoto realmente capaz de combater os efeitos sócio-econômicos do desemprego. Além de todos estes aspectos, destaca-se que a criação de postos

de trabalho representa uma das maiores responsabilidades para a administração de uma região (BOISIER, 1996).

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, além desta introdução. O Capítulo 1 se importa com o marco conceitual que trata dos conceitos de emprego e de desemprego no âmbito de economias abertas, bem como a estrutura teórica relativa ao mercado de trabalho e a teoria dos ciclos econômicos, sendo estes considerados como flutuações no produto real de bens e serviços da economia. O Capítulo 2, por sua vez, traz a metodologia de análise, ou seja, expõe as ferramentas capazes de tentar oferecer uma resposta ao problema da pesquisa. Neste sentido, adotam-se métodos não-paramétricos. O capítulo 3 é reservado à exposição dos resultados e sua análise crítica e, por fim, a conclusão.

2. MARCO CONCEITUAL

Este capítulo trata do marco conceitual. Com este propósito ressalta as mais importantes teorias pertinentes ao objeto deste estudo e alguns fatos estilizados do mercado de trabalho brasileiro. A primeira seção apresenta considerações preliminares sobre a origem do estudo dos ciclos econômicos, bem como alguns conceitos relativos a estes. A segunda expõe definições e elementos conceituais associados ao mercado de trabalho. A terceira destaca os principais determinantes do mercado de trabalho. Enfim, na quarta seção tem-se uma breve abordagem sobre o uso, os conceitos e a gênese da metodologia das taxas da criação, destruição e realocação de empregos.

2.1 Os Ciclos Econômicos e Variações do Produto

Clement Juglar foi um dos pioneiros no estudo das flutuações econômicas ou, como sugere a literatura especializada, dos ciclos econômicos, quando publicou sua obra *Les Crises Commerciales* em 1862 (SHAPIRO, 1994). Entretanto, formalmente, a Teoria dos Ciclos se inicia e, para alguns economistas, até confunde-se, com a origem da macroeconomia (ARGANDOÑA *et al*, 1977). John M. Keynes, fundador deste ramo da economia, em oposição à teoria ortodoxa prevalecente em sua época, por meio da publicação da *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, plantou os alicerces para o que viria se constituir a base para a Teoria dos Ciclos Econômicos. Fundamentalmente, Keynes, nos primeiros capítulos de seu livro, ao abordar os supostos clássicos sobre a questão do emprego, argumenta que além dos desempregos friccional e voluntário (supostos clássicos) existiria o desemprego involuntário, que ocorreria a revelia da decisão dos trabalhadores

(KEYNES, 1936). Resumidamente, pode-se afirmar que Keynes atribuiu à demanda agregada insuficiente como o fator determinante desta nova categoria de desemprego, tendo no investimento privado o componente mais volátil e, nesse sentido, de maior impacto nas variações do emprego. Além desse aspecto, a possibilidade de equilíbrio macroeconômico sob a condição de subemprego representa uma hipótese de sua teoria, tendo o referido economista demonstrado a existência de vários pontos de equilíbrio. Mais adiante este tema será abordado com maior detalhamento, por enquanto voltar-se-á maior atenção para flutuações do produto.

Desde então, muitos foram os economistas que contribuíram para o adensamento das teorias sobre as flutuações do produto, sendo uma das mais importantes a teoria de John Hicks. Hicks foi autor de uma das primeiras formalizações da *Teoria Geral* em artigo apresentado na Sexta Conferência Européia da Sociedade de Econometria realizada em 1936 (HELLER, 2007). Este economista, ao fazer uma análise de longo prazo, observou que, sendo o ciclo econômico caracterizado pelas flutuações em torno de uma linha tendencial de crescimento do produto, deveria ser definido tendo como pano de fundo essa trajetória de crescimento de longo prazo e, nesse sentido, determinada pelo investimento autônomo que, por sua vez, dependeria da magnitude do multiplicador e do acelerador (SHAPIRO, 1994). Estes dois conceitos, isto é, o multiplicador e o acelerador, são definidos, matematicamente, como uma relação de proporcionalidade entre variáveis macroeconômicas. O primeiro estabelece uma relação de proporcionalidade entre a renda de equilíbrio e a variação da demanda agregada ($\Delta Y \sim \Delta DA$), via variações autônomas dos fatores que compõem a demanda, sendo o multiplicador, em sua forma mais simples, dado por $1/1-c$, onde c

representa a propensão marginal a consumir. Já o acelerador, importante e controverso conceito associado ao investimento e, portanto à demanda agregada, é uma relação entre o capital (K) e o produto (Y), K/Y , e descreve o quanto deve ser necessário em termos de bens de capital para que se possa obter determinada quantidade de produto. De acordo com o princípio da aceleração, há uma relação direta entre a variação do produto e a variação no investimento líquido. Com efeito, de acordo com a este princípio, havendo a necessidade de crescimento do produto, sendo fixa a razão k/y , haverá um reflexo proporcional no investimento.

Devido a importância destes conceitos e pelo fato de estarem fortemente relacionados à demanda agregada, apesar de certa controvérsia em relação ao princípio do acelerador, procurar-se-á discorrer sobre alguns de seus aspectos funcionais, considerando que, de acordo com a corrente teórica keynesiana, o fenômeno do desemprego involuntário ser, como dito anteriormente, resultado de uma demanda agregada (renda) incapaz de absorver o contingente de mão-de-obra ofertado, que, por sua vez, tem como variável mais instável exatamente o investimento.

Com efeito, o investimento é uma variável-chave no entendimento do fenômeno das flutuações do produto, da renda e, portanto, do emprego. Destarte, a compreensão de seus aspectos funcionais é condição *sine qua non* para o estudo das questões relacionadas ao desemprego. De acordo com Shapiro, as variações no investimento ocorrem em função de mudanças na Eficiência Marginal do Capital ($Emgk$) e/ ou nas taxas de juros que, por sua vez, alteram-se em decorrência de mudanças tecnológicas, inovações ou nas expectativas. Admitindo a hipótese de que não haja alteração nos atributos que provocam variação no investimento e, ainda, que a relação capital-produto permaneça constante, a variação no

investimento somente poderá ocorrer como resultado de uma variação no produto. Em símbolos: $\Delta I = \lambda \Delta Y$. Esta relação de proporcionalidade entre o investimento e o produto é conhecida como princípio da aceleração e o coeficiente (ou quociente) de proporcionalidade (λ) é denominado acelerador. Quais as possíveis implicações, admitindo-se essas condições hipotéticas, desse princípio para as flutuações do emprego? A essa questão é que procurar-se-á responder a seguir.

Antes de qualquer ilação sobre possíveis implicações para o emprego, é preciso enfatizar que as condições supostas são deveras muito irreais (SHAPIRO, 2004). No entanto, num exercício de imaginação, a elevação (redução) do investimento em decorrência de um aumento (diminuição) da demanda (renda, em equilíbrio) pode provocar, no mínimo, um aumento no emprego no setor de bens de capital, caso a situação, seja de pleno emprego neste setor. Caso contrário, desemprego. Por esse ponto de vista - o princípio da aceleração - poder-se-ia argumentar, que este é pro- cíclico. Deve-se, contudo, chamar a atenção que um acelerador constante é uma hipótese muito rara e que o mais concreto é que este seja variável e o resultado de uma elevação no estoque de investimento, devido a uma inovação ou mudança tecnológica, por exemplo, não sendo criadas novas demandas, poderá provocar desemprego estrutural. Até aqui, assumiu-se uma situação de estabilidade econômica, sem períodos de elevada queda do produto. Nesse cenário as medidas, devido à conjuntura, são menos extremas. Mas quando o pano de fundo caracteriza-se por uma queda acentuada o produto, a saber, numa grande crise econômica, qual o diagnóstico e as receitas a serem ministradas ao paciente? E desse assunto que se tratará nos próximos parágrafos.

As crises econômicas são fenômenos próprios da economia capitalista. Desde suas primeiras crises de ampla repercussão mundial, como foi a Grande Depressão, os economistas têm se envolvido com o assunto, pois tem grande impacto no nível de emprego. Na realidade, a inquietação dos economistas é explicar, por meio de modelos, os fatores que estão por de trás da instabilidade macroeconômica que repercutem na atividade econômica e no emprego.

Por conta disso, esforços intelectuais para explicar essas relações foram consensualmente frutíferas para a teoria econômica. De fato, como foi exposto na introdução, quando se discutiu sucintamente os fenômenos associados à questão do (des) emprego, pôde-se perceber, implicitamente, que este pode ser estudado sob as perspectivas de curto e/ou longo prazos e que existe uma correlação entre o produto e o emprego.

Quando se investiga as flutuações do emprego no curto prazo, por exemplo, invariavelmente deve-se compreender em que estas flutuações consistem e quais fatores são considerados para sua explicação. Conforme Froyen (2006), as flutuações do produto e do emprego, no curto prazo, são decorrentes de variações do produto real em torno do produto potencial. Por sua vez, para este autor, o produto potencial "(...) é definido como nível de produto real que a economia poderia produzir operando a altas taxas de utilização dos recursos." Neste sentido, os movimentos de curto prazo do produto, ou seja, as flutuações do produto em períodos relativamente pequenos (geralmente um ano) e, por conseguinte, do emprego, consistem, indubitavelmente, em mudanças nas taxas de utilização de utilização de mão-de-obra e do capital. Em verdade, flutuações do produto, sob a perspectiva temporal, possibilita uma classificação destas em ciclos econômicos de várias categorias.

Conforme Burns e Mitchel (1946) *apud* Argandoña *et al* (1999), o ciclo econômico, em sua concepção tradicional, consiste de flutuações na atividade econômica agregada das economias que organizam sua produção principalmente por meio de empresas. De forma mais detalhada, os ciclos corresponderiam as expansões aproximadamente simultâneas em muitas atividades econômicas que seriam seguidas de recessões, contrações e recuperações que se mesclariam com uma nova fase da expansão de um ciclo seguinte. Argandoña também discorre sobre a concepção moderna de ciclo econômico, destacando que as teorias modernas definem este como sendo " las desviaciones del producto agregado real respecto de su tendencia". Neste sentido, tal definição se centraria numa variável representativa do fenômeno, geralmente o PIB, deixando em segundo plano a interrelação entre as fases do ciclo, bem como a possibilidade de análise de séries macroeconômicas temporais relativas a outras variáveis significativas da economia. Além desses aspectos relevantes sobre as concepções tradicional e moderna dos ciclos econômicos, chama a atenção o fato de que o ciclo econômico não é uma construção teórica, senão empírica e, ainda, que a chave de seu estudo se dá pela constatação de uma série de fatos referentes ao comportamento dinâmico das séries temporais e de um amplo conjunto de variáveis.

Assim, do ponto de vista da duração, os ciclos econômicos podem ser classificados em dois grandes grupos, a saber: os pequenos ciclos e os grandes ciclos. Os pequenos ciclos, identificados e mensurados precisamente por Joseph Kitchin, duram, em média, 40 meses ou 3 1/3 anos. Já os grandes ciclos, também conhecidos como ciclos de Juglar, têm duração de aproximadamente 8 a 10 anos. Além desta divisão, existem os ciclos de construção e os denominados de ondas

longas. Os primeiros têm duração em torno de 15 anos e os últimos de 50 a 60 anos. De todos estes ciclos, os grandes ciclos são considerados mais importantes, posto que suas fases são capazes de provocar impactos sociais significativos no emprego e na distribuição da renda, por exemplo (ESTEY, 1965).

Independente da concepção adotada sobre ciclos econômicos, na avaliação do desempenho de uma economia, deve-se levar em consideração três grandes medidas: a taxa de inflação, a taxa de crescimento e a taxa de desemprego. Estas variáveis macroeconômicas estão todas relacionadas com o ciclo de negócios que consiste, de acordo com Dornbusch *et al* (1991), em "(...) um padrão mais ou menos regular de expansão (recuperação) e de contração (recessão) da atividade econômica em torno de uma trajetória tendencial de crescimento." Os desvios do produto em torno da trajetória tendencial são chamados de hiatos de produto que medem a diferença entre o produto real e o produto potencial da economia, ou seja, aquele que a economia poderia produzir se estivesse empregando plenamente os recursos existentes. É notório, nesse sentido, que as flutuações no produto de uma economia devam guardar uma estreita relação com o (des) emprego.

Tafner (2006), ao analisar a relação entre ciclo econômico e geração de emprego no Brasil durante o período 1992 - 2002, mostra que há "(...) uma correlação positiva entre as alterações acumuladas a cada 12 meses da produção industrial (...) e do emprego, no período". Esta correlação positiva entre crescimento do produto e do emprego chega a ser bem pronunciada, de acordo com as palavras do próprio autor. Nesse período, a correlação em torno da linha tendencial de crescimento permite afirmar que, quando a produção cresce 10%, o emprego aumenta em 3%. Mas apesar dessas estatísticas, não é possível garantir que exista

uma relação de causalidade entre esses dois agregados, tendo em vista que ambos são influenciados praticamente pelos mesmos fatores.

Por fim, o estudo das relações entre a oferta e a demanda de emprego, ou seja, do mercado de trabalho não se realiza somente na perspectiva macroeconômica, mas também pela ótica microeconômica, mais especificamente quando se aborda o mercado de fatores. Esta é na verdade a diferença fundamental entre aqueles que estudam a questão do desemprego. Os adeptos da teoria neoclássica atribuem o problema deste fenômeno ao mercado de trabalho que, por esta ótica, tem a capacidade de se auto ajustar. Já os que abordam a questão sob a concepção keynesiana defendem que trata-se de um problema na demanda agregada, cuja responsabilidade deve ficar por conta de uma intervenção do governo.

2.2 O Mercado de Trabalho e as Teorias Modernas

Sem dúvida, o desemprego tem merecido a atenção de estudiosos desde a consolidação do modo capitalista de produção. Correntes teóricas de concepção marxista ou de senda neoclássica têm se debruçado no levantamento de informações e comprovação de hipóteses que venham a revelar o mecanismo de funcionamento e as causas desse fenômeno. O eminente economista Alfred Marshall certa vez afirmou:

“A interrupção forçada do trabalho é um mal lamentável. Aqueles que têm um sustento seguro obtêm saúde física e mental em férias felizes e bem aproveitadas. Mas a vontade insatisfeita de trabalhar, com longa e contínua ansiedade, consome as melhores forças de um homem, sem nada acrescentar. Sua esposa emagrece; e seus filhos ganham, como que, uma mácula terrível em suas vidas, que talvez nunca consigam superar”³

A citação acima é apenas um breve e emblemático exemplo da preocupação de renomados cientistas sociais e da importância dada pela ciência econômica à questão do desemprego. É facilmente compreensível o destaque com as questões associadas a este fenômeno. Numa perspectiva keynesiana, a interrupção da demanda por investimentos afeta diretamente o nível do produto social, bem como a procura por trabalho, de modo que criam implicações sobre a manutenção do nível de emprego. A redução no nível de emprego por períodos relativamente longos pode implicar numa estagnação econômica de proporção generalizada. De fato, a queda nos níveis de investimento (I), variável fundamental na composição da demanda agregada ($Y = C + I + G + NX$), pode comprometer as outras variáveis macroeconômicas, tais como consumo das famílias (C), devido à elevação do desemprego, os gastos do governo (G) e as exportações líquidas (NX) – como resultado da elevação das importações causada pela insuficiência da oferta doméstica, podendo vir a gerar um ciclo recessivo.

De acordo com Moraes (2000), a dinâmica do mercado de trabalho é regida por leis econômicas. Uma lei econômica é uma lei social, ou seja, “(...) um enunciado de tendências sociais, isto é, uma indicação de que se pode esperar um certo curso

³ MARSHALL , 1922 apud FROYEN, 2006, p. 90.

de ação de membros de um grupo social sob certas condições (...)" [Marshall. A. *Princípios de Economia. Vol.1. Coleção Os economistas, 1985. p.46*], que podem ser medidas por um preço em dinheiro. No mercado de trabalho, estas leis podem, por sua vez, ser estudadas de forma tradicional, decompondo-as em leis de curto e longo prazo.

As taxas de desemprego definidas segundo essas dimensões podem classificar-se em taxas cíclicas ou estruturais. A primeira está relacionada às flutuações do desemprego ao longo do ciclo econômico – curto prazo. A segunda diz respeito ao desemprego estrutural – longo prazo – quando ocorre mudança no padrão de demanda por trabalho, decorrente de significativas transformações econômicas, tais como alterações nos paradigmas tecnológicos, no grau de liberdade comercial etc. A retirada de um subsídio, de um incentivo a produção, de isenções tributárias que têm implicação na manutenção dos postos de trabalho de uma indústria são exemplos de medidas governamentais que podem provocar redução no nível de emprego.

Independente de fontes cíclicas ou estruturais, desde os anos 1990 o desemprego deixou de ser um fenômeno relativamente homogêneo para se tornar algo complexo e heterogêneo. A constatação dessa realidade se deu pela percepção de que outros estratos sociais até então não atingidos pelo fenômeno, passaram também a serem seus alvos em potencial. Decorre que os trabalhadores com mais anos de estudo e, por conseguinte, mais qualificados e, cumulativamente, com mais experiência em níveis hierárquicos mais elevados da administração das empresas, deixaram de ser imunes à onda de demissão.

A economia do trabalho é uma linha de pesquisa da ciência econômica que se preocupa em estudar o funcionamento e os resultados do mercado de trabalho. Sua importância reside na perspectiva de proporcionar o domínio de aspectos fundamentais do funcionamento desse mercado, permitindo, assim, a compreensão pormenorizada de uma gama de problemas sociais (EHRENBURG *et al*, 2000). Daí ser imprescindível o avanço dos estudos nessa área, pois a solução de problemas como desemprego, subemprego, baixa produtividade, pobreza, exclusão social, equidade e a carência de bem-estar social, deve passar necessariamente pela execução de políticas públicas bem concebidas. Isto requer o aporte de teorias econômicas vigorosas, além da convergência política e o grande alcance social.

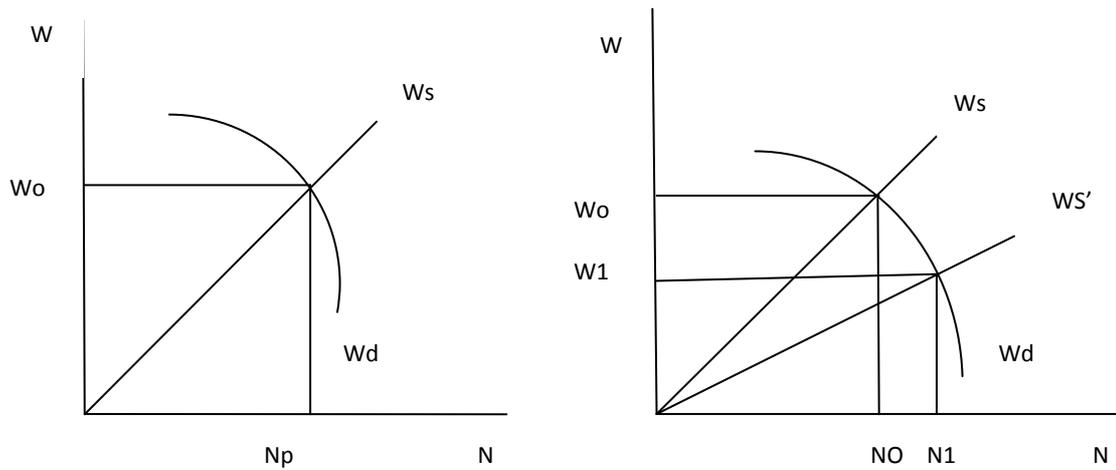
Isso exige cada vez mais a construção de modelos teóricos bem refinados para a compreensão dos fenômenos em torno do emprego. Nas perspectivas de Ehrenburg *et al* (2000), " A teoria econômica proporciona percepções poderosas e, por vezes, surpreendentes, do comportamento humano e individual. (...) essas percepções são interessantes porque permitem a compreensão de importantes aspectos de nossas vidas." É evidente que qualquer estudo que se realize, requer, *a priori*, o domínio de elementos básicos relacionados ao seu objeto, principalmente quando se trata do mercado de trabalho – um dos campos mais complexos da teoria econômica – posto que tem no fator humano um de seus principais componentes, cujo comportamento está sujeito a diversas variáveis.

De modo geral, compreende-se o *mercado* como um conjunto de compradores e vendedores interagindo entre si, cujo resultado pode possibilitar a troca de bens, serviços e recursos. (PINDYCK e RUBINFELD, 1994). Existem, nesse sentido, diversos tipos de mercados, tais como: mercado de bens e serviços; mercado financeiro; e mercado de fatores. Neste último está inserido o mercado de

trabalho. De acordo com Ehrenberg (2000, p.30) “ o mercado de trabalho é (...) composto de todos os compradores e vendedores de trabalho”. Portanto, o mercado de trabalho consiste em um espaço onde aqueles que ofertam e demandam o insumo *força de trabalho* interagem, a fim de decidir, tendo como variável sinalizadora o preço (salário), o quanto de mão-de-obra será alocada para, combinada com o fator capital, viabilizarem a geração de bens, serviços e renda para a economia.

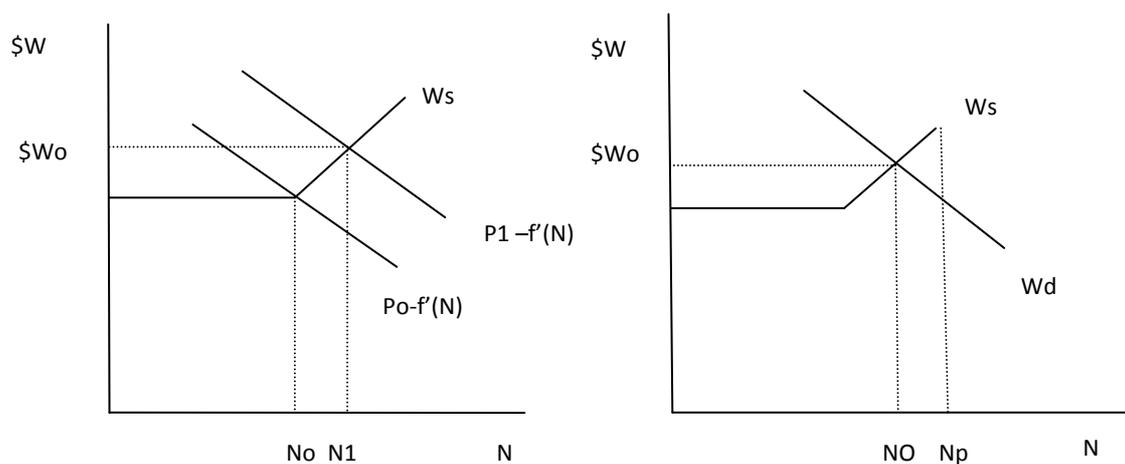
Do ponto de vista das correntes econômicas e modelos matemáticos que procuraram interpretar e fornecer um instrumental capaz de explicar o funcionamento do mercado de trabalho, pode-se dizer que tais escolas e seus respectivos modelos refletiram as questões mais relevantes de na sua época de acordo com sua visão do mundo do trabalho. Assim, uma após a outra, cada uma delas encravou algum legado à teoria econômica. Ainda hoje a polêmica permanece a depender da concepção ideológica de quem se propõe a estudar a sociedade pelo enfoque econômico. Por esse prisma, os gráficos da Figura 1, representativos da interação da demanda e oferta do mercado de trabalho (e deslocamento das curvas) de duas escolas econômicas subjacentes ao embate desse tema, a saber, as escolas clássica e keynesiana.

Figura 1: Mercado de Trabalho: Modelo Clássico



No modelo clássico, as funções de demanda e oferta interagem determinando o salário real e as horas de trabalho. O nível de emprego que prevalece é o de pleno emprego, representado na figura acima pelo nível N_p , tendo em vista que não há o desemprego involuntário, em razão da flexibilidade ampla dos salários. Este comportamento está indicado pela nova curva de oferta de mão-de-obra W_s' e o novo ponto de interseção (N_1, W_1) que revelam uma redução dos salários e um aumento do nível de pleno emprego. (LEITE, 1994)

Figura 2: Mercado de Trabalho: Modelo Keynesiano



O modelo Keynesiano caracteriza-se fundamentalmente pelo fato da oferta depender do salário nominal ($\$W$), apesar da demanda ser função do salário real ($\$W/P$). Isso faz com que a demanda se eleve sem afetar a oferta, provocando um aumento do nível de emprego (N), conforme a figura da direita. Como não há reação da oferta à elevação dos preços, a economia permanece em equilíbrio com desemprego involuntário ($N_p - N_o$). (LEITE, 1994)

Sob uma postura sociológica, Tafner (2006), concorda que " (...) o mercado de trabalho é antes de tudo um espaço de socialização do indivíduo." A importância do mercado de trabalho reside no fato de consistir em um local onde os indivíduos transacionam seu bem mais precioso, qual seja, sua capacidade laboral. O autor reforça também que o mercado de trabalho, assim como outros, possui muitas imperfeições, de maneira que o valor dos salários pode experimentar influências de diferentes frentes. Significa que não só as forças de mercado determinam as condições de oferta e demanda. Esse também é o motivo de se recorrer à elaboração e utilização de modelos, que representam simplificações da realidade, para a construção de teorias e realização de estudos.

Pode-se efetuar uma classificação do mercado de trabalho observando os requisitos setoriais, geográficos, ocupacionais, de submissão a um conjunto de regras empresariais, subemprego etc. Em termos geográficos, o mercado de trabalho pode ser classificado como nacional ou local. Quanto à característica ocupacional, relaciona-se a cada categoria, por exemplo, mercado de trabalho dos profissionais de saúde, mercado de trabalho dos metroviários etc. Além destas classificações há mercados de trabalho setorizados, internos, secundários etc. Um

destaque importante diz respeito ao fato de que os vários tipos de mercados podem, de certa forma, estar integrados ou interrelacionados, tendo em vista que o fator mão-de-obra possui a capacidade de realocar, o que revela, de certa maneira, a flexibilidade do mercado de trabalho.

Por se tratar de um dos ramos mais complexos da economia (LEITE, 1994), o estudo do mercado de trabalho exige pelo lado da demanda, a compreensão da estrutura e do funcionamento do processo produtivo. Por outro lado, quando se trata da oferta, defronta-se com uma análise que envolve questões polêmicas relacionadas ao comportamento dos trabalhadores diante das variações salariais, resultantes das alterações nos níveis de preço e da produção.⁴ Resulta daí o grau de dificuldade de se compreender e estudar o mercado de trabalho. Uma análise das funções de demanda e de oferta de trabalho, ou seja, dos seus determinantes, é o passo inicial para se compreender o mercado de trabalho. Dito de outro modo, o domínio do comportamento das funções de demanda e oferta de trabalho, em diferentes óticas, representa um requisito indispensável de análise.

Enfim, as teorias modernas do mercado de trabalho, que tem como principal função explicar a incapacidade do mercado de trabalho atingir automaticamente o equilíbrio, se estruturam por meio de diversos modelos, como por exemplo, o dos "contratos implícitos" e do "salário de eficiência". Estes modelos, de certa forma, compartilham da hipótese keynesiana de rigidez salarial para justificar o desemprego involuntário. As teorias modernas do mercado de trabalho consistem basicamente

⁴ LEITE, J. A. A. MACROECONOMIA: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica. São Paulo. Atlas, 1994. 381 p.

de análises psico-sociológicas do racionamento e adaptação por parte dos empregadores e a respeito dos mecanismos de funcionamento interno das empresas.

2.3 - A Demanda e a Oferta de Trabalho

De maneira simplificada, é possível admitir-se três determinantes básicos do mercado de trabalho (TAFNER, 2006). O primeiro determinante está associado aos fatores estruturais, sendo o principal condicionante da natureza de seu funcionamento. Esse determinante refere-se à cultura, ao ambiente social e às instituições que o regem. O segundo são as condições macroeconômicas do país ou da região. O terceiro determinante diz respeito à capacidade do mercado de trabalho de criar valor, que tem como componentes principais a quantidade e a qualidade da força de trabalho⁵. Pela relevância que têm esses determinantes para o objetivo desta dissertação, merecem ser enfatizados nesta seção o primeiro e o terceiro. Quanto às condições macroeconômicas, crê-se que na primeira seção esta tenha sido tratada, embora de forma bastante introdutória.

No que se refere a estrutura do mercado de trabalho, tem-se que as instituições são a manifestação objetiva mais importante associada às características culturais e ao ambiente social. De acordo com Tafner (2006), "(...) as instituições do mercado de trabalho são em boa parte resultantes do fluído cultural em que está imerso cada país ou sociedade." São estas que definem, por meio das regulamentações, a estrutura e, portanto, o funcionamento do mercado de trabalho.

⁵ TAFNER, P. Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro. IPEA, 2006. 232 P

O ajustamento ou não dessas instituições ao ambiente econômico e social resultarão em menores ou maiores restrições, respectivamente, para os agentes envolvidos. A falta de flexibilidade no mercado de trabalho, por exemplo, que pode estar associada a regulamentações muito rígidas, seja no que se refere aos encargos sociais ou à duração da jornada de trabalho, concorre para comprometer a capacidade produtiva de uma economia e, portanto, sua competitividade em uma economia aberta.

No plano da quantidade e qualidade, existem variáveis condicionantes que as determinam. De acordo com Tafner (2006), a quantidade da força de trabalho é função da população do país, da quantidade de adultos, da disposição para o trabalho feminino e dos salários pagos. Enquanto a qualidade da mão-de-obra está relacionada com o nível educacional da população, que por sua vez, guarda estreita relação com a qualidade de educação oferecida e da experiência profissional. A combinação da qualidade incorporada na mão-de-obra e do estoque de capital definirá a produtividade de uma economia.

Quanto ao conceito de força de trabalho, não há uma uniformidade, principalmente quando se ressalta a variável *faixa etária*, pois esta característica varia entre os países, dependendo, nesse sentido, dos traços culturais da região em que se vive. Para Ehrenberg (2000), " a expressão força de trabalho refere-se a todas as pessoas com mais de 16 anos que estão empregadas, buscando trabalho ativamente ou aguardando para serem chamados de volta (...)". Contudo, no Brasil, a população economicamente ativa (PEA) consiste em parte da população em idade ativa (PIA) – a partir dos 10 anos de idade – que se encontra ocupada ou desocupada. Assim, considerar-se-á a força de trabalho aquela constituída pelos indivíduos que, dentro dessa faixa etária, no momento da pesquisa, encontravam-se

empregados ou desempregados.⁶ Entende-se por desempregados aqueles indivíduos que estão na força de trabalho e que não estão empregados em troca de salários. Segundo Ehrenberg (2000), os indivíduos que não estão empregados, em busca de trabalho ou aguardando para serem chamados de volta para ocupar alguma vaga no mercado de trabalho não são integrantes da força de trabalho.

A demanda por mão-de-obra é realizada pelas empresas que combinam vários fatores de produção, dentre os quais, capital e mão-de-obra, tecnologia, capacidade empresarial, com o objetivo de produzir bens e serviços. Por sua vez, a oferta de mão-de-obra é realizada pelos trabalhadores efetivos ou em potencial, cujas decisões de trabalhar levam em consideração o salário nominal e outras opções de como deverão utilizar seu tempo. De acordo com a teoria neoclássica, a oferta de trabalho " (...) é baseada no processo de escolha racional entre as atividade de trabalho e lazer, com base na comparação das utilidades proporcionadas pela renda real do trabalho e pelo prazer do lazer." ⁷ Assim, tendo como pressupostos de análise os argumentos neoclássicos, o equilíbrio do mercado de trabalho se dá quando a oferta e a demanda pelo fator mão-de-obra apresentam-se no mesmo nível. É importante frisar que o estudo do processo de equilíbrio pode ser feito por meio de uma análise *estática comparativa* ou por uma análise dinâmica. Esta se preocupa de como se dá o processo de ajustamento ao equilíbrio, enquanto aquela estabelece a comparação entre dois equilíbrio "estáticos" sem se preocupar de que forma o mercado se moveu de um equilíbrio para outro. (VARIAN, 2006)

⁶ MORAES, ROBERTO CAMPS (2000). " O desemprego recente nas economias desenvolvidas: fatos e teorias", Rosa Fontes, Marcelo A. Arbex (ed.) *Desemprego e Mercado de Trabalho: ensaios teóricos e empíricos*. Viçosa: UFV, p. 17-50.

⁷ Op. Cit.

2.4 - Criação, Destruição e Realocação de Trabalho

A análise da dinâmica do emprego comporta, em geral, o estudo do comportamento dos grandes agregados, tais como taxa de ocupação e de desemprego, qualidade do vínculo empregatício dentre outros (Homsy *et al*, 2000). Esta forma de abordagem, não deixa de ser importante, contudo, inviabiliza a observação de heterogeneidades sobre o comportamento do mercado de trabalho. A ampliação ou o surgimento de uma nova unidade produtiva e a conseqüente geração de novos postos de trabalho é o que se pode chamar de um fenômeno de criação de emprego. Por outro lado, o fechamento ou a redução da produção uma empresa tem como resultado a destruição de postos de trabalho corresponde à destruição de emprego. Nesse sentido, conforme Ribeiro *et al* (2006) "a taxa de criação de empregos de um setor ou indústria (...) é definida como a soma (ponderada pelo tamanho da firma em número de empregados) das taxas de crescimento não negativas das firmas na amostra (...)". De forma análoga define-se a taxa de destruição de emprego, ou seja, como a soma (ponderada) das taxas de decréscimo do número de postos de trabalho das firmas.

Além das medidas de criação e destruição de emprego, que representam a decomposição da taxa de emprego líquido, também bastante usada a taxa de realocação do emprego cuja definição é a soma algébrica das taxas de criação e destruição, respectivamente.

A utilização da taxas de criação e destruição tem sido feita desde o início dos anos de 1990. Esta metodologia de análise das variações do emprego no mercado

de trabalho originou-se com a publicação dos trabalhos seminais de Davis e Haltiwanger (1992). A carência de estudos do mercado de trabalho pelo lado da demanda ainda é significativa. Entretanto, no Brasil, pesquisadores têm desenvolvido, desde a abertura comercial, vários trabalhos que adotam essa metodologia, o que representa um avanço no estudo do mercado de trabalho.

Como mencionado anteriormente, a partir da abertura econômica, vários estudos sobre a criação, destruição e realocação de empregos na indústria tem sido realizados. Corseuil *et al* (2000) apresentou medidas inéditas desses fenômenos entre os anos 1996 e 1998, cujos resultados sugeriram uma realocação de 35% dos postos de trabalhos entre as empresas, destacando a importância da criação e da destruição de estabelecimentos para a realocação de postos de trabalho. Outra informação significativa foi a grande heterogeneidade dessas taxas entre os setores de atividades e regiões. Outro estudo, apresentado por Ribeiro *et al* (2006), abordou os efeitos do câmbio e da abertura comercial no processo de criação, destruição de emprego na indústria gaúcha nos anos 90. Conforme esse pesquisador, “ a compreensão da dinâmica do emprego é um ponto importante na agenda de pesquisa e política econômica “. Os resultados desse trabalho apontam também para uma significativa heterogeneidade dentro dos setores de atividade quanto a criação e destruição de empregos, com destaque para a existência de um processo simultâneo de criação e destruição de postos de trabalho, mesmo diante de forte retração do emprego setorial e agregado.

Por fim, uso da taxas de criação e destruição de empregos, inspirado na metodologia de Davis e Haltiwanger, apesar de possuir limitações devido à maioria dos processos de coleta de dados, pois este processo de obtenção é realizado em dois pontos no tempo, não sendo possível observar o número de trabalhadores contratados e desligados ao longo do período – mesmo assim tem permitido a obtenção de importantes informações sobre o mercado de trabalho.

Antes de se iniciar o próximo capítulo, crê-se ser necessário adotar uma das correntes teóricas supramencionadas de forma a não deixar dúvidas sobre uma das ferramentas de análise do problema abordado por esta dissertação. Desta forma cabem também algumas considerações sobre esta escolha. Desde a Grande Depressão de 1930, quando foi colocada em cheque a capacidade do mercado se auto-ajustar e superar a instabilidade do sistema econômico, a intervenção governamental vem mostrando, mas não só nestes momentos, ser uma necessidade para a busca do equilíbrio e, principalmente para proporcionar o crescimento e desenvolvimento econômico dos países. Mesmo com a onda neoliberal que floresceu e expandiu-se a partir do *Consenso de Washington*, muitos países não deixaram de interferir na economia, seja para a manutenção da estabilidade ou para reduzir as desigualdades sócio-econômicas de suas populações. No Brasil é notória a participação dos governos, nas suas mais diferentes vertentes políticas, como um importante vetor do desenvolvimento econômico e mitigação das desigualdades regionais.

É ponto pacífico que algumas regiões e estados brasileiros, não fossem as políticas públicas para a redução dos índices de miséria da população, ainda se encontrariam em condições bastante deprimentes no que se refere à renda per capita, por exemplo. O processo de desconcentração industrial e a busca de uma convergência maior de rendas entre os entes federados também teve e tem o Estado como o mais importante fator de determinação. Mais recentemente, quando da crise de 2008, ficou comprovado que Keynes continua muito vivo por meio de sua teoria. Ou seja, as ações do Estado, através das políticas públicas de caráter macroeconômico, via mecanismos fiscais, monetários e cambiais, não permitiu que a economia mundial experimentasse um impacto mais agudo por conta da perda de confiança gerada pelo estouro da “bolha” no setor imobiliário dos Estados Unidos. Nesse sentido, a concepção teórica subjacente às análises que se realizarão no capítulo seguinte é de concepção keynesiana, isto é, que vê no poder Estado um importante indutor do crescimento e manutenção do emprego.

3 - MÉTODO DE ANÁLISE

Este capítulo difere dos demais, posto que se importa com a infra-estrutura de análise desta de dissertação. O objetivo maior é traçar a estratégia de análise para o desenvolvimento do problema de pesquisa. Com este propósito, o capítulo se estende ao longo de três seções: os métodos que mensuram as taxas de criação, destruição e realocação de trabalho; índice de turbulência; e fonte de dados.

3.1 - Taxas de Criação e Destruição de Empregos.

De um modo geral, qualquer pesquisa tem seu grau de complexidade. Na economia não é diferente, principalmente quando o foco é o mercado de trabalho, pois este envolve em suas análises o fator *capital humano* que consiste no conjunto de habilidades do indivíduo associadas à capacidade produtiva que se incorporam ao conhecimento e qualificação para a execução de determinadas tarefas (BECKER, 1975 apud KON, 2001). O capital humano ainda carrega consigo heranças sociológicas e psicológicas que afetam e também são afetadas pelas instabilidades macroeconômicas ou mesmo por uma política interna de uma dada empresa.

Apesar dessa peculiaridade, a literatura é rica em estudos nessa área, mas no Brasil, as pesquisas e produção literária centradas na demanda de trabalho são poucas. Felizmente, a partir da década dos anos 1990, por conta dos fenômenos que eclodiram no mercado de trabalho, pós-abertura econômica, as pesquisas que possuíam essa característica começavam a despertar o interesse da comunidade científica. Mesmo assim, estudos sobre a dinâmica do mercado de trabalho

enfocando o lado da demanda ainda são considerados pioneiros no Brasil. Os trabalhos desenvolvidos nessa área, cujo principal instrumental de análise está baseado nas taxas de criação, destruição e realocação de empregos, datam do início da última década do século passado. Na Região Norte e, especificamente, no Amazonas as pesquisas nesse campo são ainda mais incipientes. Eis uma das razões para a classificação deste trabalho ser de caráter exploratório.

A utilização da metodologia supracitada, baseada no trabalho de Davis e Haltiwanger (1992), tem sido feita por diversos pesquisadores do mercado de trabalho. A proposta dos referidos autores foi a substituição das medidas agregadas de estoque de ocupação e desemprego por uma análise dos fluxos de criação e destruição dos postos de trabalho.⁸ Ressalta-se que o nível de desagregação no método original atinge as unidades produtivas privadas, ou seja, as empresas. Neste estudo a desagregação será inferior aos dos trabalhos já realizados nesta área, de forma que cada setor e/ ou subsetor foi considerado como uma unidade produtiva, isto é, trabalhou-se em um nível intermediário, se comparado às taxas de criação e/ou destruição de empregos na economia, originalmente estimadas pelo método.

Como mencionado anteriormente, o método utilizado para estimar as taxas de criação, destruição e realocação do emprego é inspirado nos trabalhos de Davis e Haltiwanger (1992), cujas fórmulas e breves considerações são apresentadas a seguir. Estes autores propuseram um conjunto de medidas no sentido de captar as alterações na oportunidade de empregos no setor industrial. Nesta dissertação será feita uma alteração – supõe-se – inócua que consiste em considerar cada setor

⁸ Honsy et al, . Criação e Destruição de Emprego na Indústria Brasileira: Uma Análise

como uma unidade produtiva, de tal forma que as fórmulas experimentarão apenas modificações nominais, sem comprometer suas estruturas e, quiçá, os resultados. Nesse sentido, a taxa de criação de empregos será dada por:

$$JCS_t = \frac{\sum_{i \in S} (\Delta n_{it} \cdot I(\Delta n_{it} > 0))}{\sum_{i \in S} X_{it}} \times 100$$

Onde,

a) $\Delta n_{it} = n_{it} - n_{i(t-1)}$ é variação líquida de estoque de trabalho de um setor entre dois pontos de tempo consecutivos, tal que n_{it} e $n_{i(t-1)}$ são os estoques de trabalhadores empregados no setor i nos tempo t e $t-1$, respectivamente.

b) $x_{it} = [n_{it} + n_{i(t-1)}]/2$ é o tamanho do setor;

c) I é a função indicador que assume o valor 1 se $\Delta n_{it} > 0$; e

d) S - conjunto de setores do local;

De maneira análoga, define-se a taxa de destruição como:

$$JDS_t = \frac{\sum_{i \in S} |\Delta n_{it} \cdot I(\Delta n_{it} < 0)|}{\sum_{i \in S} X_{it}} \times 100$$

A taxa de realocação bruta do emprego GJR (*Gross Job Reallocation*) é dada pela soma das taxas de criação e destruição, ou seja:

$$GJR_{St} = JC_{St} + JD_{St}$$

De forma suplementar, deverá utilizada a taxa de variação líquida do emprego NEG (Net Employment Growth), cuja definição, em símbolos, é dada por: $NEG_{St} = JC_{St} - JDSt$

Além desses modelos simples de cálculo (fórmulas), é possível obter as taxas ponderando-as por meio dos pesos de cada setor em relação à quantidade total de empregos gerados no período. Para tanto pode-se utilizar a fórmulas a seguir:

$$JCI = \sum_{i=1}^N g_{it} \cdot w_{it} \cdot I(g \geq 0), \text{ onde } g_{it} = \frac{(n_{it} - n_{it-1})}{x_{it}} \text{ e } w_{it} = \frac{x_{it}}{(\sum_{i=1}^N x_{it})} \text{ é o peso de cada firma (ou setor).}$$

Da mesma fórmula deve-se calcular a taxa de destruição de empregos e as demais medidas derivadas. Nesta pesquisa foi utilizada a versão ponderada na estimação das taxas de criação e destruição de empregos, bem como as taxas de realocação bruta de acordo com os dados do emprego na cidade de Manaus.

A decomposição de emprego em taxas de criação e destruição de emprego é importante para o estudo do mercado de trabalho. Esse procedimento viabiliza uma percepção mais detalhada da dinâmica e da turbulência na movimentação dos trabalhadores, na sua busca por postos de trabalho e na realocação nos diversos setores da atividade econômica. (RIBEIRO *et al*, 2006). Nesse sentido, é importante esclarecer como podem ser interpretadas as taxas de criação e destruição de emprego, que por sua vez compõem a chamada Realocação Bruta de Postos (Gross Job Reallocation-GJR), uma medida bastante conhecida capaz de refletir a dinâmica

da força de trabalho (CORSEUIL et al, 2002) e, dessa maneira, captar o comportamento de um dos fatores do mercado de trabalho, a saber, o da demanda. De fato, a magnitude da GJR implica em um maior ou menor dinamismo da economia em termos de criação e destruição de postos de trabalho. Com efeito, uma taxa elevada de realocação bruta de emprego – maior dinamismo – pode resultar de diferentes taxas de criação e destruição, que caminhem no mesmo sentido ou em sentidos opostos. Taxas de realocação bruta elevadas, cujas componentes JD seja superior à JC, significaria uma dinâmica negativa e, caso contrário, um movimento positivo do mercado de trabalho. Em situações que as componentes percorrem sentidos iguais (crescentes ou decrescentes), uma das interpretações que se pode atribuir diz respeito à flexibilidade ou não do mercado de trabalho.

Cabe nesse momento ressaltar que, a depender do sentido que as taxas de criação e destruição e, por conseguinte, a taxa de realocação, assumam, haverá uma indicação sobre os tipos de mudanças porque estará passando a economia a ser analisada. De acordo com Corseuil (2002), “ (...) o processo de realocação de postos de trabalho está, de forma geral, relacionado à exposição da economia e das empresas aos choques. Tais choques seriam mudanças do ambiente competitivo em que a empresa está inserida, que afetam sua lucratividade e suas decisões sobre sua força de trabalho.” Conforme, ainda, o referido autor, no Brasil, diferente do que ocorre nos países desenvolvidos como os Estados Unidos, por exemplo, a realocação seria pró-cíclica, ou seja, nos períodos de expansão econômica esta assumiria valores relativamente elevados e em fases de recessão, magnitudes baixas, significando, nesse sentido, que a economia estaria passando por períodos de alto ou baixo dinamismo, respectivamente.

Em resumo, o dinamismo do mercado de trabalho refletido no movimento das taxas de criação e destruição de empregos, pode, de certa forma, ser analisado e representado pela magnitude das taxas de realocação bruta dos postos de trabalho. Isso não significa, é claro, que outras variáveis e indicadores devam ser excluídos da análise. Pelo contrário, a existência de outras medidas, como é o caso do índice de turbulência, também conhecido com índice de mudança estrutural (IME), podem e devem complementar as análises que são realizadas enriquecendo o estudo. Dessa forma, a seguir serão feitas algumas considerações sobre esse índice.

3.2 - Índice de Turbulência

Como mencionado acima, além das medidas cujas fórmulas foram apresentadas na seção anterior, será estimado o índice de turbulência para o mercado de trabalho manauense. Esta medida servirá de instrumento auxiliar de análise. Este índice que é utilizado para aferir como varia a estrutura do emprego entre dois instantes de tempo é dado por:

$$T = \frac{1}{2} \sum | P_{jt} - P_{j0} |, j = 1, 2, \dots, m$$

Onde m é o número de setores e P_{jt} é a proporção de empregados no setor j num período t .

Os índices podem se calculados em intervalos variados. No caso desta dissertação, serão estimados ano a ano, considerando um nível de desagregação que atinge os 27 subsetores, segundo a classificação do IBGE. Os parâmetros que conduzem a análise para esse índice são os valores 0 e 1. Dessa forma, quanto

mais próximo de zero mais estável é a participação dos subsetores no total de pessoas ocupadas na economia; e quanto maior e mais próximo da unidade, maior a transformação estrutural e variação da participação dos subsetores (SESSO *et al*, 2010).

A partir dessas medidas serão realizadas as reflexões com o objetivo de complementar o diagnóstico sobre as flutuações do emprego na capital do Amazonas, procurando estabelecer uma comparação com a dinâmica do emprego entre a capital manauense e o nacional, no sentido de responder, dentre outras questões, inicialmente, se o comportamento do mercado de trabalho na capital do Amazonas – pelo lado da demanda - e, principalmente, segue a tendência da dinâmica nacional.

3.3 - Fonte de Dados

No que se refere aos dados quantitativos, ou seja, os valores absolutos do estoque de empregos formais no município de Manaus, tem-se que a coleta foi realizada nas bases estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Como é de conhecimento, estes dados fazem parte do Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS) e têm como data referencial o dia 31 de dezembro de cada ano. O período envolvido pela dissertação corresponde ao intervalo de 1995 a 2005. No que se refere ao nível de desagregação dos dados, optou-se por dois níveis. O primeiro relativo aos nove grandes setores e o segundo aos vinte e sete subsetores do IBGE. Para a estimação das taxas de criação, destruição e suas derivações foi

usado o nível de menor desagregação (9 setores) e para o índice de turbulência os dados mais desagregados.

Cabe mencionar que além dos resultados obtidos pelas estimativas supracitadas, outras informações relacionadas ao objeto da dissertação serão utilizadas de forma a consubstanciar as análises a serem realizadas. Dentre as mais relevantes, destaca-se a descrição do comportamento do componente cíclico da economia do Amazonas. Convém ressaltar que as informações relativas ao ciclo de negócios no Amazonas foram obtidas por meio de levantamento bibliográfico, especificamente por meio de um artigo científico de autoria de CUNHA e ESTEVES (2006) que não compreende todo o período envolvido pela dissertação. Apesar dessa lacuna e dificuldade, acredita-se que as informações constantes nesse artigo serão suficientes para a obtenção dos resultados desejados.

4 – A DINÂMICA DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL DE MANAUS

Este capítulo tem como escopo principal a análise das flutuações dos níveis de emprego formal no mercado de trabalho manauense. Para atingir este objetivo serão utilizados os dados estatísticos descritivos, as taxas de criação e destruição de emprego e o índice de turbulência citados na metodologia, todos relativos ao período 1995-2005. O capítulo está estruturado em cinco seções. A primeira seção comporta a contextualização das condições macroeconômicas no período delimitado. A segunda analisa a participação relativa dos grandes setores no mercado de trabalho da economia manauense. Na terceira discorre-se sobre a instabilidade do mercado de trabalho por meio do índice de turbulência. A quarta trata da dinâmica do mercado de trabalho e dos setores mais importantes nesse processo. Na quinta seção são analisados os setores da administração pública e construção civil. Por fim, a sexta seção procura estabelecer evidências da relação entre as taxas de criação e destruição de empregos e as flutuações da atividade econômica no Amazonas.

4.1 – Os Condicionantes Macroeconômicos e alguns fatos estilizados

Na abordagem de qualquer problema de natureza econômica é indispensável considerar os fatores determinantes e condicionantes sob os quais está inserida a questão a ser tratada. No caso desta dissertação, a demanda e a oferta de trabalho, as variáveis macroeconômicas, as instituições que regem o mercado de trabalho e, principalmente a política econômica vigente à época do fenômeno em estudo são alguns desses fatores. Além dos fatores elencados, há que se considerar, por

exemplo, as políticas macroeconômicas implementadas pelos países centrais e suas repercussões nos países em desenvolvimento. A relação de interdependência das economias dos países ou de outras categorias geográficas tais como estados-membros de um país, dentre outras, não representa um ponto de divergência. Este entrelaçamento das economias não é recente e intensificou-se com o processo de globalização. Conforme Murteira (2007), a globalização consiste de “[...] uma crescente integração, interdependência ou interconexão da economia mundial, que se traduz na existência de um mundo único (...), todavia heterogêneo, acentuadamente desigual e repartidos em grandes espaços plurinacionais mais articulados entre si, formal e informalmente [...]”. Nesse sentido, a interseção de políticas econômicas vigentes, nem sempre harmoniosas, nos níveis regional, nacional e mundial é determinante no desempenho dos mercados, principalmente no mercado de trabalho. Foi nesse ambiente – em uma onda neoliberalizante da economia - que se deu a abertura econômica brasileira. Daí a necessidade de se discorrer sobre o ambiente macroeconômico e algumas variáveis no período envolvido nesse trabalho.

Antes de tudo é preciso destacar que o período envolvido neste trabalho pode ser dividido em dois momentos. O primeiro deles, 1995 - 1999, caracteriza-se principalmente pela fase de implantação do plano de estabilização monetária – o Plano Real - no qual um dos instrumentos de política econômica mais importante consistiu no que convencionou-se chamar de âncora cambial. O segundo momento, 2000 - 2005, terá como elemento de destaque exatamente a flexibilização do câmbio, ou seja, a adoção de uma taxa de câmbio flutuante, ou melhor, semi-flutuante. Esses dois momentos, em concomitância com outras variáveis, tais como

o comportamento do PIB e as elevadas taxas de juros, foram cruciais, crê-se, para a performance da economia nacional e, por conseguinte, das economias dos estados brasileiros e, de forma mais específica, das capitais, como é o caso de Manaus.

De acordo com Cardoso (2009), o mercado de trabalho nacional experimentou modificações profundas entre 1995 e 2005. Na perspectiva desse autor, nota-se que esse período foi marcado não por dois, mas por três momentos – 1995/1998, 1999/2003 e 2004/2006 – nos quais o mercado de trabalho foi bastante influenciado pelas políticas macroeconômicas então adotadas. No primeiro deles, de 1995 a 1998, quando a sobrevalorização cambial e taxas de juros elevadas impuseram às variáveis do mercado de trabalho um resultado caracterizado por uma intensa deterioração. O segundo momento, de 1999 a 2003, cujo traço marcante é a desvalorização cambial, medida esta que possibilitou o arrefecimento do processo de deterioração das variáveis do mercado de trabalho. Finalmente, de 2004 a 2006, quando a manutenção da política macroeconômica, a redução, mesmo que pequenas, da taxa interna de juros, aumento do crédito, recuperação do salário mínimo e, principalmente, a expansão de políticas sociais, promoveram uma reação e recuperação do desempenho do mercado de trabalho.

Sob esse cenário macroeconômico que marca o período 1995 a 2005 é que se realizarão as análises do mercado de trabalho na cidade de Manaus, especificamente pela ótica da demanda por empregos, procurando determinar sua dinâmica e os fatores macroeconômicos determinantes das flutuações do mercado de trabalho formal da capital amazonense.

4.2 – A evolução dos setores mais importantes sob os efeitos câmbio e PIB.

A Tabela 1 apresenta, em porcentagem, a evolução da participação de nove setores, segundo a classificação do IBGE, no que se refere ao estoque de empregos na cidade de Manaus no período delimitado neste estudo. Preliminarmente, salienta-se que os principais setores, quanto à geração de empregos, são administração pública, indústria de transformação, serviços e o comércio que detêm em seu conjunto mais de 90% da mão-de-obra formalmente empregada.

O que se pode verificar, em uma primeira aproximação, é que os principais setores em termos de participação no volume total de empregos formais são, em ordem decrescente, administração pública, serviços, indústria de transformação e comércio, com um percentual médio de 30,19%, 28,40%, 21,16% e 13,27%, respectivamente. Outro ponto de destaque diz respeito à evolução do emprego formal. Tomando-se pontualmente o início e o final do período, ou seja, os anos de 1995 e 2005, tem-se que, destes setores, a indústria de transformação e comércio aumentaram sua participação relativa de 23,02% para 26,77% e 10,95% para 13,07%, nessa ordem, enquanto que a administração pública e o setor de serviços tiveram seus pesos reduzidos, sendo que em 2005 estes setores reduziram suas participações para, aproximadamente, 28,64% e 27%.

SET IBGE	ANOS										
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
EXTR MINERAL	0.06	0.08	0.09	0.11	0.06	0.05	0.05	0.02	0.03	0.03	0.02
IND TRANSF	23.02	26.53	23.28	19.88	19.65	21.76	21.26	22.43	23.76	25.76	26.77
SERV IND UP	0.90	0.92	1.04	1.52	1.16	1.12	1.05	0.78	0.75	0.70	0.81
CONSTR CIVIL	3.94	3.57	3.77	4.21	3.55	2.94	3.93	3.40	2.94	2.96	3.34
COMERCIO	10.95	11.75	12.99	14.01	13.88	13.84	14.18	14.32	13.67	13.30	13.07
SERVICOS	30.02	26.31	28.23	27.99	28.69	29.01	29.82	28.85	28.63	27.83	27.00
ADM PUBLICA	29.51	30.08	30.16	32.00	32.59	30.79	29.39	29.91	29.92	29.09	28.64
AGROPECUARIA	0.24	0.22	0.21	0.28	0.41	0.48	0.31	0.30	0.31	0.33	0.34
OUTR/IGN	1.35	0.54	0.21	0.02	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Tabela 1 - Participação relativa (%) dos grandes setores no total de empregos formais em Manaus 1995-2005
 Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da RAIS

Outro fato relevante diz respeito ao comportamento do estoque de empregos, quando se observa somente os anos de 1995 e 2005, onde se verifica que, com exceção dos setores de extração mineral e outros/ign, todos os outros setores apresentam uma variação positiva. Nesse sentido, tem-se que, ao se considerar pontualmente somente o início e o fim do período (1995 e 2005), há um incremento do estoque de emprego na maioria dos setores - em média algo em torno de 55,63% - sobressaindo-se, nesse caso, os setores da indústria de transformação, comércio, e agropecuária com índices de 87, 84%, 92,82% e 132,89%, respectivamente.

Essas constatações, evidentemente, parecem remeter ao óbvio, isto é, nesse período de dez anos seria natural uma evolução positiva o emprego formal como resultado do crescimento da atividade econômica como um todo. Mas deve-se ressaltar que na condição de área de incentivos fiscais em que está inserida a economia amazonense, sujeita às políticas de comércio internacional e as alterações de ordem tributária, o resultado poderia até ser um processo de regressão nos níveis de emprego, o que não houve, devido à capacidade de

readequação da economia local à nova ordem econômica, cujo marco, no Brasil, foi a abertura comercial.

Dessa forma, pode-se afirmar que o desempenho da economia manauense e do mercado de trabalho foi satisfatório nesse período. Por outro lado, acompanhando a evolução do emprego ao longo do período e, ao dividir-se esse intervalo em dois subperíodos, ou seja, de 1995 a 1999 e de 2000 a 2005, constata-se comportamentos bem distintos entre os setores. A Tabela 2 revela, de forma mais objetiva, esses aspectos quanto ao emprego no período supracitado.

SET IBGE	var.95/05	var.95/99	var.99/05
EXTR MINERAL	-53.90	-4.26	-51.85
IND TRANSF	87.84	-18.94	131.74
SERV IND UP	46.49	22.34	19.74
CONSTR CIVIL	36.86	-14.47	60.02
COMERCIO	92.82	20.40	60.16
SERVICOS	45.29	-9.22	60.05
ADM PUBLICA	56.75	4.88	49.46
AGROPECUARIA	132.89	66.35	40.00
OUTR/IGN	-100.00	-99.90	-100.00
TOTAL	61.54	-5.02	70.08

Tabela 2: Evolução da Emprego por setores (%) / subperíodos: 95-05/95-99/99-05

Fonte: Elaboração própria dos dados da RAIS

Considerando-se os subperíodos 1995/999 e 2000/2005, torna-se perceptível duas situações interessantes quanto à geração e/ou destruição de postos de trabalho. Uma constatação imediata é que no primeiro subperíodo vários setores apresentaram taxas negativas de crescimento, a saber: Extração Mineral (-4,26%); Indústria de Transformação (-18,94%); Construção Civil (-14,47%); e

Serviços (-9,22%). Por outro lado, no segundo período, apenas o setor de Extração Mineral obteve um resultado negativo (-5,85%). Todos os demais setores apresentam taxa de crescimento positiva. Outro fato que deve ser levado em consideração são as taxas de crescimento do estoque de emprego dos setores de Construção Civil, Comércio e Serviços, todos apresentaram taxas de aproximadamente 60%.

Ainda sobre o segundo período (2000/2005), verifica-se que a indústria de transformação experimentou um crescimento da ordem de 131%, ao tomar-se pontualmente o início e o fim deste subperíodo. Para se ter uma idéia, esta variação representa mais que o dobro do crescimento experimentado pelo setor comercial que foi algo em torno de 60,16%.

Pode-se argumentar nesse sentido que, ao se observar os dados de participação dos setores ao longo do período (Tabela 1), que assim como acontece na econômica nacional, a mudança na política econômica e fundamentalmente a cambial representou um instrumento de forte impacto na economia manauense e, especificamente, no pólo industrial de Manaus, repercutindo dessa forma nos demais setores da economia local por meio do efeito indutivo. O que parece ficar claro é que a indústria de transformação responde de forma direta à política cambial adotada pelo governo, com conseqüente impacto nos outros setores. Mais apropriadamente, constata-se até 1999, quando houve uma sobre valorização cambial, por conta do processo de combate ao processo inflacionário, a indústria como um todo perde espaço devido à concorrência com os importados, principalmente os setores ou produtos classificados como tradables. Assim, os índices de participação da indústria de transformação de 1995 a 1999 experimentam uma queda contínua, saindo de um patamar de 23,02% para 19,65%. Essa queda

na participação representa em termos absolutos a redução de 9.673 postos de trabalho na indústria. Por outro lado, o período de 1999 a 2005 apresentou uma fase de recuperação para a economia e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho. A respeito do efeito da política cambial adotada pelo governo, Castro (2009) oferece uma importante opinião:

*“No afã de usar o câmbio como “âncora” dos preços internos, combatendo-se a inflação mediante a apreciação da moeda local, as autoridades brasileiras promoveram, nos últimos 25 anos, um escandaloso assassinato de postos de trabalho, visto que a artificial valorização do câmbio tem criado uma **competição invisível** da mão-de-obra estrangeira no Brasil, embutida nos produtos e serviços importados com favorecimento cambial.”*

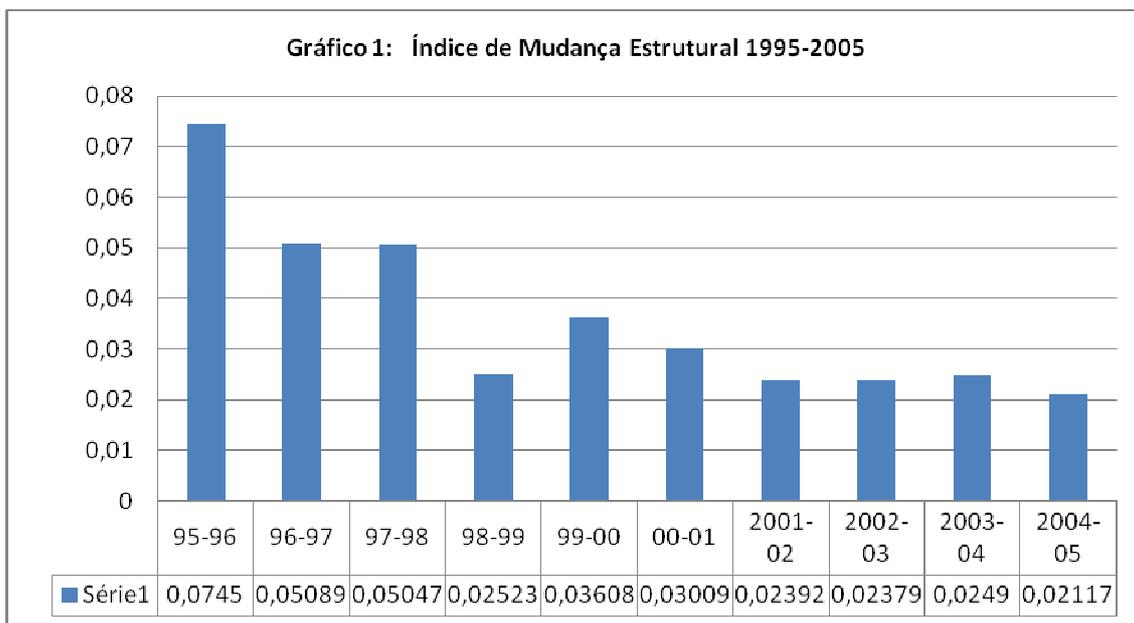
Enfim, essas reações da economia local, diante do instrumento cambial de política econômica durante o período abordado, reforça a ideia e permitem dividir, assim como em nível nacional, essa fase em dois momentos bem distintos no que tange ao mercado de trabalho manauense. O primeiro, que envolve os primeiros anos de vigência do Plano real, quando a âncora cambial implicou em uma instabilidade e um período turbulento para o mercado de trabalho, por conta da concorrência dos produtos importados que incorporam o efeito da mão-de-obra embutida e da própria retração econômica. O segundo, de reação e recuperação da atividade econômica, quando o mercado de trabalho demonstra um aquecimento, refletido numa perceptível geração de postos de trabalho, evidencia a correlação intensa entre a política cambial e o a geração de emprego na cidade de Manaus.

4.3 - O Índice de Turbulência ou Índice de Mudança Estrutural – IME

Conforme dito na metodologia, o índice de turbulência consiste em uma medida capaz de captar as mudanças estruturais de uma economia, podendo, para tanto, serem utilizadas diversas variáveis tais como estoque de empregos, produção da economia etc. No caso específico deste trabalho, foram usados os estoques de empregos formais da capital do Amazonas para os 27 setores classificados segundo o IBGE. A fim de nortear a análise dos resultados estimados para o período em questão e de acordo com Sesso *et al* (2009), “o índice de mudança estrutural (IME) é uma estimativa do efeito realocação, causados pelos diversos fatores que influenciam o emprego, tais como mudanças de tecnologia, comércio internacional e variações da demanda interna.” Nesse sentido, torna-se fundamental observar o comportamento deste índice para a capital do Amazonas.

Deve-se ressaltar que o IME pode flutuar entre 0 e 1 ou, em termos de porcentagem entre zero por cento e 100%. O valor 0 indica que não houve qualquer modificação estrutural na economia estudada e o valor máximo significa a total modificação estrutural da economia. Dessa forma, as estimativas obtidas para os subsetores da economia manauense, conforme se verifica no gráfico abaixo, revelam, em primeiro lugar, que no período de 1995 a 1999 ocorrem mudanças estruturais importantes na economia da capital amazonense. Para se ter a dimensão dessas modificações, comparativamente ao segundo período, tem-se que a média para o índice nesse período foi de 4,74%, enquanto que no segundo período essa média assume o valor de 2,47, ou seja, quase a metade. Essa simples constatação indica que a segunda metade da década de noventa foi, no mínimo, duas vezes mais instável que a primeira parte da década do seguinte, evidenciando

as significativas mudanças estruturais por que passou o mercado de trabalho, naquele momento, a economia de Manaus, como resultados das mudanças tecnológicas ou pelas variações da demanda agregada.



Sesso *et al* (2010), ao estudar as modificações estruturais da economia brasileira durante o período de 1991 a 2003, o que compreende quase a totalidade do período desta dissertação, obteve índices que variaram de 1,02% (2001/2002) a 3,65% (1994/1995), com uma média de 1,72%. Se, contudo, considerarmos essas estimativas apenas para o primeiro subperíodo deste trabalho, isto é, de 1995 a 1999, tem-se um índice médio de 1,43%. Ao compararmos essa segunda média com o índice médio do IME para a economia manauense do mesmo subperíodo que foi de aproximadamente 4,74%, verifica-se que as modificações estruturais do emprego formal em Manaus, nessa fase, foi significativamente maior do que a média

nacional, indicando uma instabilidade maior do mercado de trabalho local em relação ao nacional.

Mesmo não tendo os índices de turbulência nacional para todo o período envolvido por este trabalho, ou seja, de 1995 a 2005, as estimativas obtidas, via pesquisa bibliográfica, permitem afirmar que o mercado de trabalho formal em Manaus, nesse período, experimentou importantes modificações estruturais sendo estas ainda mais intensas que em nível nacional, amenizando-se um pouco mais no segundo subperíodo (2000 a 2005), quando os índices locais caem gerando uma média de 2,66%. Grosso modo, pode-se concluir que houve uma instabilidade maior no que se refere à turbulência estrutural em termos de empregos em nível local em comparação com ao mercado de trabalho nacional, isto pode ser observado de maneira mais evidente em termos gráficos, quando se compara o local e nacional.

Várias são as técnicas utilizadas na avaliação do mercado de trabalho. Algumas mais simples, como é o caso das que usam os dados descritivos, permitem uma primeira aproximação do problema em análise. Outras, não tão elementares, como é o caso do índice de turbulência, aprofundam o estudo e a análise do comportamento do mercado de trabalho e as mudanças estruturais experimentadas. Para esta dissertação, além dessas técnicas supracitadas, adotou-se a metodologia de Davis e Haltiwanger. Nesse sentido, tendo como variável observada o estoque de emprego, a análise do mercado de trabalho em Manaus tende a ser otimizada. Quando se adota a metodologia das taxas de criação e destruição de emprego (JC e JD) e, subsidiariamente, as taxas de variação líquida de emprego e realocação bruta

de emprego (NEG e GJR) novos fatos estilizados podem ser observados. É disso que trata a próxima Seção.

4.4 – As taxas de Criação e Destruição de Empregos em Manaus 1995 – 2005.

Como dito anteriormente, uma das formas de se avaliar o mercado de trabalho consiste na análise do nível de emprego e suas oscilações. Entretanto, a utilização desses parâmetros e das taxas agregadas de emprego são limitadas quando se deseja explorar aspectos mais dinâmicos desse mercado. Daí a importância de se decompor estas medidas em taxas de criação e destruição de empregos. Esta metodologia, utilizada em caráter seminal por Davis e Haltiwanger, foi empregada neste trabalho e, a partir dos resultados obtidos (Tabela 3) realizou-se a apreciação da dinâmica do mercado de trabalho na cidade de Manaus no período de 1995 a 2005. Além das taxas de criação e destruição de empregos, foram estimadas a taxa de variação líquida de emprego e a taxa de realocação bruta, de forma a complementar as reflexões sobre as condições do mercado de trabalho local durante o período de estudo.

Na Tabela 3 é possível perceber que a dinâmica do mercado de trabalho no período considerado está dividido em duas etapas, sem dúvida, distintas. Na primeira delas, que vai de 1995 a 1999, verificam-se baixas taxas de criação que não chegam a 4%, cuja a média para esse subperíodo é de 2,75%. Por outro lado a taxa de destruição de emprego, em média, foi da ordem de 4,02% ao ano. Estas estimativas significam que nesse período não houve um cenário muito favorável à

classe trabalhadora. Esse aspecto também pode ser identificado por meio das taxas de variação líquida de emprego (NEG). Nesse subperíodo (1995-1999), as taxas variação líquida emprego são muito próximas de zero ou mesmo negativas, com destaque para o ano de 1996, cuja NEG foi de -3,22%, reflexo de uma taxa de destruição de 6,37%. A esse respeito, Ribeiro *et al* (2006) oferece a seguinte assertiva :

(...) para uma determinada taxa de crescimento líquido do emprego, maiores taxas de criação tornam mais fácil a alocação para quem está desempregado ou entrando no mercado de trabalho, ao passo que maiores taxas de destruição de emprego implicam menor nível de segurança para trabalhadores empregados.

ANOS	JC	JD	NEG	GJR
1996	3.15	6.37	-3.22	9.52
1997	3.81	3.51	0.30	7.32
1998	3.91	3.77	0.14	7.68
1999	0.16	2.53	-2.37	2.69
2000	7.62	0.38	7.24	8.00
2001	6.45	0.15	6.30	6.60
2002	8.23	0.48	7.75	8.71
2003	8.30	0.20	8.10	8.51
2004	14.26	0.00	14.26	14.26
2005	9.42	0.01	9.40	9.43
Média	6.53	1.74	4.79	8.27
Média 1	2.76	4.04	-1.29	6.80
Média 2	9.05	0.20	8.84	9.25

Tabela 3: Taxas de JC, JD, NEG e GJR em Manaus 1995-2005

Fonte: Elaboração própria dos dados da Rais\M.T. E.

Assim, pode-se afirmar, baseando-se nos dados da tabela acima e na citação, que o período que se inicia praticamente desde a implantação do plano real até a mudança do regime cambial, mesmo com o ganho de poder aquisitivo das classes mais baixas, representou, para os trabalhadores que compunham o

mercado de trabalho manauense, um momento de insegurança e instabilidade. Dessa forma, fica evidente a necessidade de se considerar que a análise das taxas de variação líquida de emprego deva ser complementada pela observância do comportamento das taxas de criação e destruição do emprego, haja vista que resultados equivalentes para a taxa de variação líquida possam estar associados a taxas de criação e destruição de diferentes magnitudes e, nesse sentido, refletir dinâmicas distintas do mercado de trabalho.

Diferentemente do período que antecede a alteração da “artificial” valorização cambial para o câmbio semi-flutuante, a etapa pós mudança dessa política econômica experimenta resultados, em termos de taxas de criação e destruição de emprego, significativamente diferentes. De início, fica claro que todas as taxas de criação de empregos são superiores às aquelas da fase anterior à flexibilização cambial, e as taxas de destruição de empregos são inferiores às taxas do subperíodo anterior. Nesse sentido, tem-se de imediato que o impacto da mudança na política macroeconômica, representada pela alteração na política cambial, tenha proporcionado um ambiente econômico mais favorável, tanto para a economia nacional quanto a economia local. De forma mais detalhada, verifica-se que a taxa de criação média para esse período é de 9,04%, a da taxa de destruição 0,20%. Estes resultados implicam uma taxa média de variação líquida de emprego de 8,4% e de realocação bruta de 9,25%. É, portanto, notório que o segundo período (2000-2005) da delimitação temporal desse trabalho possui um dinamismo significativamente positivo ao mercado de trabalho e, por conseguinte, aos trabalhadores de Manaus.

Outro aspecto que pode ser levantado sobre a dinâmica do mercado de trabalho manauense refere-se à questão se este é mais dinâmico ou não, comparativamente ao mercado de trabalho nacional. De início, ao proceder-se uma análise longitudinal e comparando as taxas de criação, destruição, variação líquida de emprego e realocação bruta de postos de trabalho, verifica-se que a economia manauense mostrou-se mais sensível às transformações econômicas da década de 1990 e às políticas macroeconômicas estabelecidas naquele período. De forma mais objetiva, ao se confrontar os dados relativos às taxas supracitadas, torna-se indiscutível essa conclusão, isto é, enquanto a média das taxas de criação de emprego do período na capital do Amazonas foi de 6,53%, em nível nacional esta alcançou o patamar de 3,81% (Tabelas 3 e 4). Seguindo essa mesma metodologia, as taxas de destruição, variação líquida de emprego e a realocação bruta de postos de trabalho na cidade de Manaus foram, respectivamente, 1,74%, 4,79% e 8,27%, enquanto que essas mesmas medidas em nível nacional foram 0,45%, 3,36% e 4,26%. Essa elementar comparação permite afirmar que o mercado de trabalho formal em Manaus possui uma dinâmica mais intensa se comparada ao Brasil como um todo.

Na discussão do parágrafo anterior, considerou-se todo o intervalo delimitado no trabalho, ou seja, de 1995 a 2005. No entanto é possível, e necessário, decompor, como se vem procedendo por todo o capítulo, esse período em dois, quais sejam, o primeiro cujo limite inferior é o ano de 1995 e limite superior 1999. O segundo intervalo tem como extremos os anos de 2000 e 2005. Essa fragmentação do período não é sem propósito, mas visa identificar e comprovar a heterogeneidade desses dois momentos da economia local (Manaus). Nesse sentido, se constata,

por meio das médias das taxas de cada subperíodo, as diferenças mencionadas. Com efeito, obtém-se para o mercado de trabalho de Manaus, no primeiro subperíodo, estimativas para JC e JD em torno de 2,76% e 4,04%, enquanto que na esfera nacional essas medidas assumem valores 2,22% e 0,95%. Esse comportamento das estimativas é repetido no segundo subperíodo. Ou seja, enquanto as taxas de criação e destruição de empregos em Manaus foi de 9,05% e 0,20%, em nível nacional atinge o valor de 4,87% e 0,12%. Tais resultados refletem uma taxa de criação líquida de emprego em Manaus de 8,84% contra 4,75% da economia nacional. No mesmo sentido, as taxas de realocação local e nacional vêm confirmar a diferença no dinamismo dessas categorias de análise, isto é, enquanto a realocação bruta de postos de trabalho na capital amazonense foi estimada em 9,25%, a da economia nacional foi de 4,99%. Todas essas constatações induzem e vêm corroborar para conclusão de que a dinâmica econômica de Manaus, do ponto de vista da criação e destruição de empregos – realocação de emprego – no período abordado, é diferenciada e mais elevada que a dinâmica nacional.

ANO	JC	JD	NEG	GJR
1996	1.57	1.26	0.31	2.83
1997	2.05	0.91	1.14	2.96
1998	2.81	1.21	1.59	4.02
1999	2.44	0.41	2.03	2.85
2000	5.24	0.42	4.82	5.66
2001	3.60	0.01	3.60	3.61
2002	5.44	0.10	5.35	5.54
2003	3.16	0.20	2.96	3.36
2004	6.11	0.00	6.11	6.12
2005	5.66	0.00	5.66	5.66
média 1	3.81	0.45	3.36	4.26
média 2	2.22	0.95	1.27	3.16
média 3	4.87	0.12	4.75	4.99

Tabela 4: Taxas de Criação, Destruição, Criação Líquida e Realocação de Emp./Brasil 1995-2005

Fonte: Elaboração própria; Dados da RAIS/M.T.E.

Nesse momento passamos à identificação dos setores mais dinâmicos do ponto de vista do emprego na cidade de Manaus. Para chegar a essa conclusão, estimou-se as taxas mencionadas na metodologia num nível de desagregação que chega aos subsetores – classificação IBGE – de forma a perceber o que acontece dentro dos setores em termos de criação e destruição de emprego. Para esta empreitada, foram escolhidos os setores mais importantes na geração de empregos, com exceção de setor público. A Tabela 5 apresenta estas estimativas para os setores da indústria de transformação, comércio e serviços. A exclusão do setor da Administração Pública nesta parte da análise justifica-se por considerar-se que o mesmo possui peculiaridades e uma dinâmica que o distingue dos demais no tocante à criação e destruição de empregos.

Como se pode conferir na Tabela 5, as taxas de realocação bruta da Indústria de Transformação são, com rara exceção, maiores que as do comércio e serviços. Para se ter uma noção mais objetiva, as médias dessas taxas para cada setor são, respectivamente, 16,18%, 7,2% e 10,11%. Como a taxa de realocação bruta (GJR) revela, em certo sentido, a dinâmica do mercado de trabalho, tem-se que a indústria de transformação pode ser considerada o setor mais dinâmico na economia local.

ANO	Indústria de Transformação				Comércio				Serviços			
	JC	JD	NEG	GJR	JC	JD	NEG	GJR	JC	JD	NEG	GJR
1996	13.09	2.16	10.93	15.24	3.78	0.00	3.78	3.78	5.45	21.82	-16.37	27.26
1997	5.69	18.42	-12.72	24.11	10.38	0.00	10.38	10.38	7.71	0.37	7.34	8.07
1998	1.81	17.46	-15.65	19.27	7.64	0.00	7.64	7.64	2.98	3.72	-0.74	6.70
1999	2.51	6.02	-3.52	8.53	0.00	3.25	-3.25	3.25	3.09	2.96	0.13	6.05
2000	18.46	1.05	17.41	19.51	6.92	0.00	6.92	6.92	8.50	0.16	8.34	8.67
2001	6.90	2.94	3.96	9.83	8.78	0.00	8.78	8.78	9.06	0.00	9.06	9.06
2002	14.06	0.98	13.08	15.04	8.70	0.00	8.70	8.70	5.02	0.60	4.42	5.61
2003	13.89	0.03	13.85	13.92	3.43	0.00	3.43	3.43	9.37	2.04	7.34	11.41
2004	22.40	0.11	22.28	22.51	11.58	0.00	11.58	11.58	11.44	0.00	11.44	11.44
2005	13.58	0.32	13.26	13.90	7.66	0.00	7.66	7.66	6.66	0.25	6.41	6.91
Média 1	11.24	4.95	6.29	16.19	6.89	0.33	6.56	7.21	6.93	3.19	3.74	10.12
Média 2	5.77	11.01	-5.24	16.79	5.45	0.81	4.64	6.26	4.81	7.22	-2.41	12.02
Média 3	14.88	0.91	13.97	15.79	7.84	0.00	7.84	7.84	8.34	0.51	7.83	8.85

Tabela 5 - taxas para os 3 setores mais importantes 1995-2005

Fonte: Elaboração própria a partir de dados dos subsetores da RAIS

Porém, a fim de que não haja contradição nas conclusões, deve-se chamar a atenção para o fato de que as médias das taxas de realocação (média 2 e média 3) da indústria de transformação e do serviço, entre 1995 e 1999, se apresentarem com valores maiores do que as do período 2000 a 2005. Estes resultados poderiam induzir ao raciocínio de que o primeiro intervalo tenha sido mais favorável do que o segundo para tais setores. O que também poderia induzir, caso não se atentasse para a necessidade da clareza de conteúdo do termo dinâmica, a idéia de que os anos de 1995 a 1999 tenham sido positivamente dinâmico para os trabalhadores e, por outro lado, a etapa de 2000 a 2005 mais desfavorável. Pelo contrário, esse maior dinamismo da primeira etapa é resultado de taxas de destruição de empregos mais elevadas, o que significa, na verdade, um período de maior insegurança para a classe trabalhadora.

4.5 – A Dinâmica dos Setores Público e da Construção Civil.

Por questões didáticas e por conceber-se que o setor da administração pública possui fatores determinantes de seu crescimento, de certa forma, diferenciados em relação aos outros, a saber, aumento da população, questões relativas ao bem-estar, o rito do concurso público e outras formas de contratação, optou-se pela construção de uma análise específica deste segmento do mercado de trabalho. Analogamente procurou-se descrever o comportamento o setor da construção civil, devido à sua característica dinâmica e por este representar um “termômetro” da economia.

A participação da administração pública na evolução e geração de empregos na região norte e, mais especificamente, na cidade de Manaus não é algo que possa ser desconsiderado ou analisado sem atribuí-lhe a importância devida. Daí a necessidade de se criar uma Seção à parte sobre o comportamento do emprego neste setor. De início pode-se afirmar que o crescimento dos postos de trabalho neste setor está diretamente ligado à busca do bem-estar da população que, por sua vez, associa-se às ofertas de serviços de saúde, educação, habitação dentre outros. Por outro lado, pode-se dizer que a geração de postos de trabalho no setor público tem relação com processo de crescimento econômico, haja vista a demanda por serviços de atendimento tanto à pessoa física bem como à pessoa jurídica possuir relação de dependência com muitas variáveis também associadas ao desenvolvimento econômico de uma região. De forma mais objetiva, pode-se argumentar que quando crescem a atividade econômica e a população, muitos serviços que só o Estado e capaz de oferecer são demandados, serviços que vão desde questões ligadas à saúde até problemas de ordem tributária etc.

O setor público desempenha um papel fundamental na dinâmica do mercado de trabalho. Sua expansão realiza-se basicamente por duas razões. Primeiro pela necessidade da ampliação da oferta de serviços públicos indispensáveis ao cidadão comum. Em segundo lugar, por uma questão mais de ordem sócio-econômica, como estratégia de combate ao desemprego. Nos países desenvolvidos o crescimento da participação do emprego público no mercado de trabalho desempenhou uma tarefa significativa, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando foi adotada a política do bem-estar social, mantendo os índices de desemprego em baixos níveis. No Brasil, por sua vez, durante a década de 1980, quando a crise econômica resultou numa insuficiência na geração de empregos nos grandes centros, o setor público teve uma participação indispensável e de caráter anticíclico (Relatório: A importância do setor público na geração de empregos. UNICAMP, 2001).

Na análise do desempenho do emprego público na capital do Amazonas é imprescindível a adoção de uma visão sobre o comportamento deste setor nos níveis internacional e nacional. Para descrever este cenário recorreu-se a um documento produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, denominado *Emprego Público no Brasil: Comparação Internacional e Evolução*, publicado em março de 2009 (Pessoa et al). É com base nas informações dispostas no referido documento que se procederá a discussão desta Seção.

De acordo com Pessoa *et al* (2009), a maioria dos países pesquisados apresentou índices de participação do emprego público superior a do Brasil neste setor. Apenas Coréia, Japão, Suíça e Turquia possuíam índices menores do que o Brasil, num total de 16 países. Outro dado significativo foi a baixa variação dos postos de trabalho neste setor quando confrontados os anos de 1995 e 2005, com o

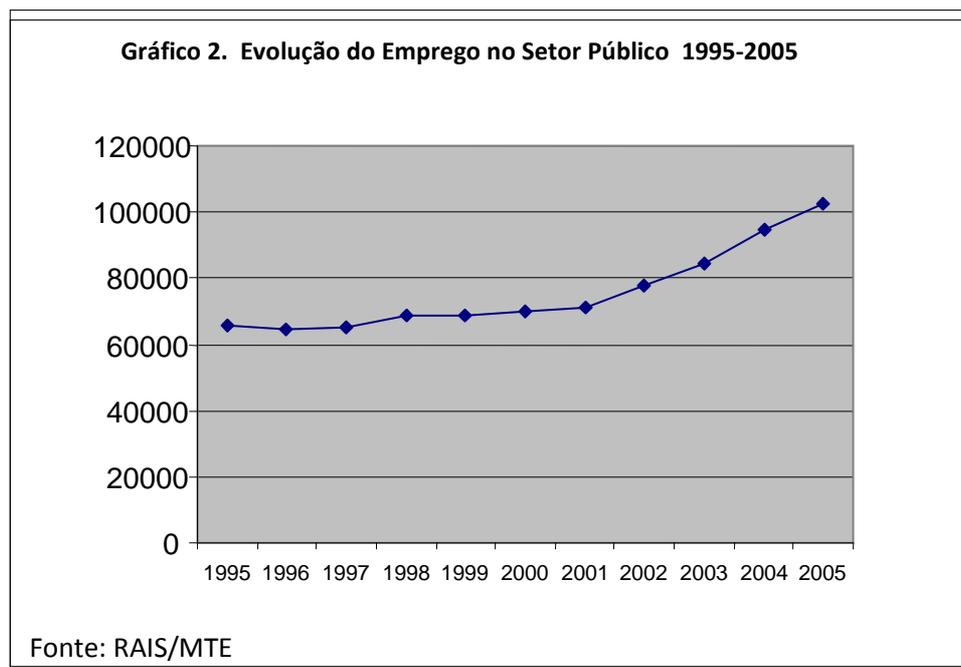
destaque de que o índice de participação do emprego público no Brasil em 1995 era de 11,3%, passando para o patamar de 10,7% em 2005. Conforme o referido documento, a maior proporção deste setor nos países desenvolvidos, deve-se, principalmente a adoção da política de Estado de Bem Estar Social assumida após a II Grande Guerra Mundial.

Em uma categoria geográfica intermediária, isto é, em termos de América Latina, revela-se também uma realidade não muito favorável, tendo em vista as dimensões geográfica e populacional do Brasil e, ainda, o seu potencial econômico. Dos 16 países selecionados nesta categoria, sete apresentaram índices maiores que o Brasil neste setor do mercado de trabalho no período de 2000 a 2006. Esses dados permitem refletir a respeito da existência de um amplo espaço para o crescimento do emprego público no maior país da América do Sul.

Quando os dados da referida publicação se reportam ao nível da macrorregiões brasileiras, mostram que a trajetória do emprego público na região norte é considerada positiva. De forma mais objetiva, em 1995 a participação do setor no total de ocupados era de 6,73%, passando para 8,09%, 8,19% e 8,69%, nos anos 2002, 2003 e 2007, respectivamente. Essa relação apresentou-se superior a todas as outras macrorregiões do país.

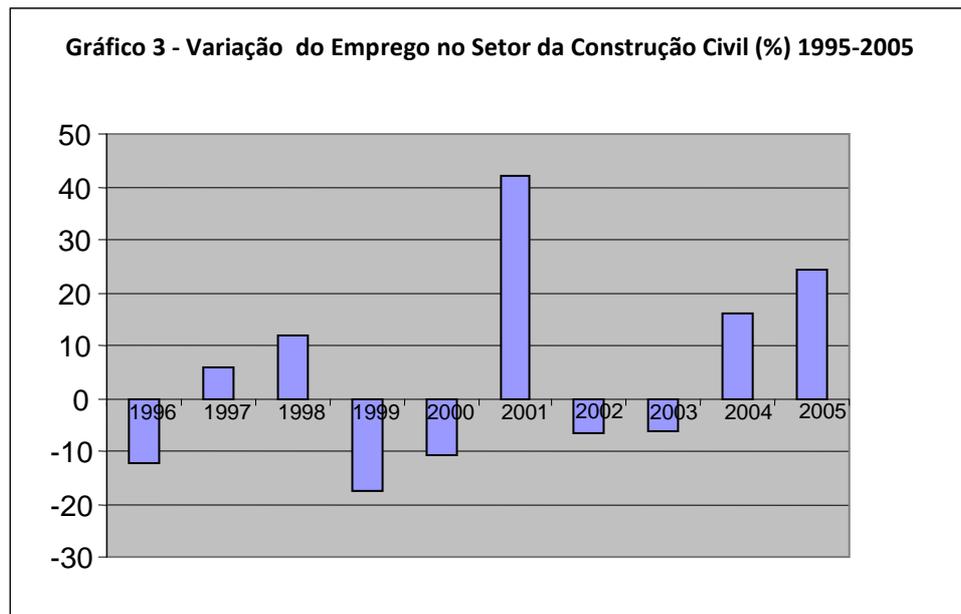
No que se refere a Manaus, verifica-se que o comportamento do setor público no tocante à geração de postos de trabalho entre 1995 e 2005 apresenta dois períodos nitidamente distintos (Gráfico 2). Essa evolução do emprego, como dito anteriormente, tem relação, principalmente, com o aumento das demandas por serviços associados à necessidade de bem-estar social que, por sua vez, estão associados ao aumento do contingente populacional. É possível inclusive levantar a

hipótese de um efeito defasado, tendo em vista que o maior percentual de aumento da população deu-se no quadriênio anterior ao desempenho ascendente deste setor. De acordo com o IBGE – dados censitários - a evolução da população de Manaus, nos anos de 1991, 1996, 2000 e 2007, apresentou os seguintes números 1.011.501, 1.157.357, 1.405.835 e 1.646.602, respectivamente. Em termos de variação percentual tem-se de 1991 a 1996 um percentual de 14,42%; de 1996 a 2000, 21,47%; e de 2000 a 2007, 17,13%. Deve-se destacar, portanto, que o período de 1996 a 2000 revela-se bastante intenso no que diz respeito ao crescimento populacional. Este percentual de crescimento, se distribuído anualmente, resulta em taxas de crescimento em torno de 5,37%. Assim, acatando o suposto da relação entre o crescimento dos postos de trabalho no setor público e o aumento da população residente, será necessário avaliar como se deu a evolução do emprego deste setor nos períodos disponíveis do crescimento da população.



Evidentemente que não se pode descartar por completo o efeito da mudança do regime cambial sobre o emprego público, mesmo que indiretamente, devido ao aquecimento da economia o que, indutivamente, provocaria um aumento da demanda por serviços oferecidos pelo Estado. O que de fato se constata nos números e graficamente é a existência de um período em que ocorre um comportamento estacionário deste setor (1995-2000) e, a partir de 2001, um fenômeno de crescimento do setor público que, coincidência ou não, se dá após a flexibilização do câmbio. No entanto, faz-se necessário uma análise mais aprofundada, inclusive no que diz respeito aos chamados ciclos político-econômicos que, teoricamente, podem influenciar a geração de empregos na administração pública. Ademais ficam lançados os indícios de para a realização de uma pesquisa mais detalhada e específica do setor.

Quanto ao setor da construção civil, observa-se uma aparente instabilidade neste setor, alternando variações positivas e negativas no número de empregos, como mostra o Gráfico 5, o que é típico deste setor, devido inclusive o baixo custo de sua mão-de-obra. Chama a atenção, porém, o intenso aquecimento deste setor em 2001, quando há um aumento do número de empregos da ordem de 42,11%, representando a criação de 2.809 empregos. E apesar das variações negativas nos dois anos subseqüentes, o setor voltou a crescer nos anos 2004 e 2005, atingindo neste último período 11971 postos de trabalho, segundo os dados da RAIS.



Outro aspecto significativo, mesmo com a baixa participação do setor da construção civil no total de empregos formais em Manaus, diz respeito ao impacto do aquecimento deste setor em outros setores, principalmente o setor de comércio. Não se deve deixar de observar que desde 2001 a quantidade de empreendimentos imobiliários, sejam estes dirigidos às classes mais elevadas ou às menos favorecidas, inclusive motivadas pelos programas governamentais, têm sido de bastante representatividade, pois de certa forma indica o aumento da renda e capacidade de pagamento, conjuntamente com uma previsão de estabilidade do panorama econômico.

4.6 – A Economia e a Dinâmica do Emprego Formal em Manaus

Esta Seção procura estabelecer o relacionamento da dinâmica do mercado de trabalho na capital do Amazonas e o comportamento cíclico da economia no período considerado. Lembrando que esta dinâmica estará sendo avaliada em termos das taxas de criação e destruição de empregos formais em Manaus. A fim de cumprir esse objetivo, utilizar-se-á de argumentos e evidências empíricas de diversos estudos realizados no Brasil bem como em outros países e as taxas estimadas com base nos dados da Rais para os nove setores de acordo com o IBGE.

Para se iniciar essa discussão recorre-se a um artigo desenvolvido por Cunha e Moreira (2006) denominado *Ciclos Econômicos Regionais no Brasil de 1985 a 2002*. Neste trabalho os autores utilizaram medidas capazes de identificar relações de volatilidade, persistência e co-movimento dos componentes cíclicos das séries históricas do PIB per capita brasileiro e das unidades federativas do país. Apenas para dar mais clareza a esses conceitos, ressaltam-se a seguir e, de maneira sintética, o que representa cada um deles. A volatilidade diz respeito à magnitude das oscilações das séries que é mensurada pelo desvio-padrão da mesma. A persistência refere-se a autocorrelação da série envolvendo, nesse sentido, duas séries imediatamente consecutivas. Já o co-movimento estabelece o grau de sincronismo entres duas séries. Tanto o segundo conceito quanto o terceiro são medidos pelo coeficiente de correlação. Cabe ressaltar que as medidas de co-movimentos foram estabelecidas entre as séries das unidades federativas e o do Brasil. A seguir destacam-se algumas evidências empíricas do referido trabalho.

De acordo com os resultados do trabalho supracitado, existe uma heterogeneidade entre os ciclos econômicos regionais. Ademais, as informações

também indicariam uma perfeita correlação entre o ciclo de negócios do estado de São Paulo e o Nacional. Outro dado significativo e de bastante interesse diz respeito a certo grau de correlação ou co-movimento das economias dos estados do Amazonas e São Paulo. De forma mais objetiva, com exceção do Amazonas, todos os estados da Região Norte apresentaram baixo coeficiente de correlação com o estado de São Paulo. Mais especificamente, o co-movimento, representado pelo coeficiente de correlação entre Amazonas e o Estado paulista foi de 0,86, o que pode ser considerado significativo. Ora, como São Paulo e a economia nacional guardam perfeita relação, pode-se considerar, com ressalvas, que há um certo grau de co-movimento entre o ciclo de negócios do estado do Amazonas e o ciclo econômico do Brasil, no período considerado pelo trabalho acima mencionado.

Além das evidências sobre os ciclos econômicos regionais do Brasil, estudo realizado em Portugal por Centeno *et al* (2007), permitiu deduzir que as taxas de criação de emprego acompanharam de forma mais clara a evolução do ciclo econômico, enquanto que as taxas de destruição aumentaram no período mais recessivo. Ainda em relação às taxas de criação e destruição de emprego e realocação de empregos, Esteves e Martins (2009) confirmam que estas "(...) são em grande medida, respostas a choques, mudanças estruturais, ciclos econômicos etc." Nesse sentido, há que se esperar a possibilidade de se obter alguma evidência da relação entre o comportamento do mercado de trabalho formal de Manaus e o ciclo de negócios do estado do Amazonas, levando em consideração que mais de noventa por cento do PIB amazonense está concentrado na capital do estado.

Ao descrever a evolução das fases dos ciclos econômicos regionais, Cunha e Esteves (2006) também estabelecem os períodos de expansões e recessões desde 1986 a 2002. Evidentemente que interessa a esta análise a evolução a partir de

1995, com a ressalva de que os anos de 2003 a 2005 não serão contemplados na análise por motivos óbvios. Assim, as fases de expansão para o estado do Amazonas compreendem os anos de 1995, 1996, 1997 e 2000, enquanto que as fases recessivas se dão nos exercícios de 1998, 1999, 2001 e 2002. Vale destacar que as fases dos ciclos econômicos do Brasil possuem uma evolução, ou seja, uma dinâmica de expansão e recessão, cuja descrição se assemelha bastante o ciclos de negócios do estado do Amazonas. Cabe então, nesse momento, verificar se as taxas de criação e destruição de emprego em Manaus – que concentra grande parte da economia do estado - desenvolvem um comportamento de acordo com o que a literatura existente. Contudo, antes de abordar-se esse aspecto do mercado de trabalho, realizar-se-ão breves observações sobre o comportamento do PIBpm do Amazonas e a evolução do emprego formal em Manaus, no período de 1995 a 2005.

Ao se confrontar os dados do emprego e o PIBpm (Tabela 6), fica visível, principalmente por meio do gráfico 2, que há um certo sincronismo entre o crescimento do produto interno bruto e o número de empregos gerados na cidade de Manaus. Entretanto, verifica-se, também, que a proporcionalidade não é a mesma, ou seja, o crescimento do emprego é sempre em menor proporção em relação ao crescimento do produto. Outro aspecto relevante é que esta tendência não está muito clara no subperíodo que vai de 1995 a 1999. Mas a partir de 2000 percebe-se de maneira mais nítida essa provável relação entre a dinâmica destas variáveis. Só para exemplificar de forma mais objetiva, de 1999 para 2000, há uma variação no produto na ordem de 20, 21%, enquanto que o volume de emprego cresce percentualmente algo em torno de 7,52%. Esse comportamento entre as variáveis supracitadas mantém-se até o ano de 2005, ou seja, quando ocorre um crescimento

relativo do PIB, há um acompanhamento relativo também do número de empregos, porém numa proporção menor, o mesmo ocorrendo no sentido contrário.

Ano	PIB pm(R\$ 100)	Emprego	$\Delta\%$ PIBpm	$\Delta\%$ Emprego
1995	100.694,2118	221.810		
1996	124.950,4142	214.776	24,09	-3,17
1997	125.722,5022	215.422	0,62	0,30
1998	131.985,0985	215.714	4,98	0,14
1999	139.339,2008	210.670	5,57	-2,34
2000	167.497,5508	226.503	20,21	7,52
2001	180.503,6337	241.236	7,76	6,50
2002	217.911,6187	260.690	20,72	8,06
2003	249.771,7031	282.703	14,62	8,44
2004	303.137,349	326.117	21,37	15,36
2005	333.521,3678	358.301	10,02	9,87

Tabela 6: Evolução do PIB PM e do Emprego no Amazonas 1995-2005
 Fonte: Emprego - M.T.E/Rais; PIBpm - IBGE

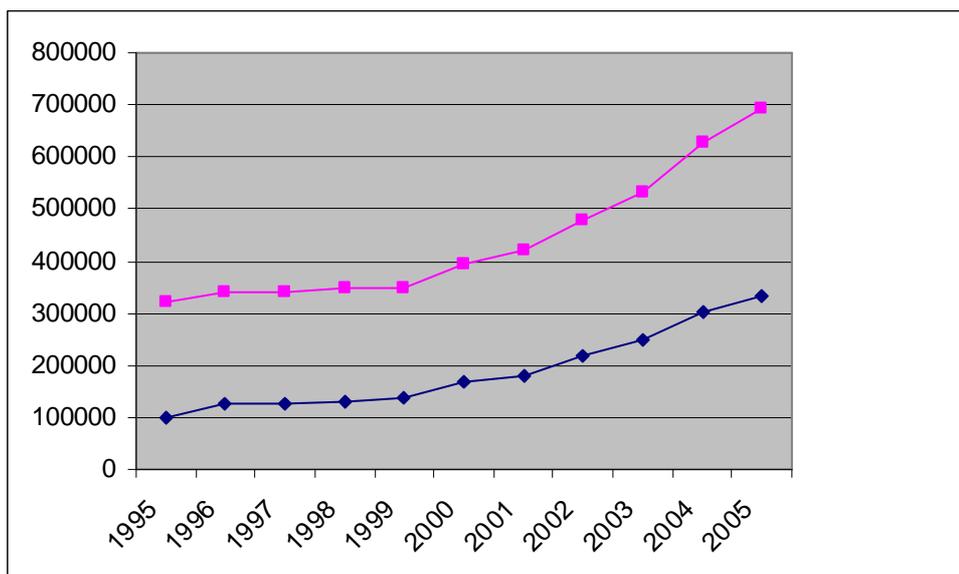


Gráfico 4 - Evolução do PIB e Emprego do Amazonas 1995-2005

Ao se observar as taxas de criação, destruição, realocação e variação líquida do emprego na Tabela 7, e a evolução dos ciclos econômicos mencionados parágrafo acima, pode-se verificar que tanto nos períodos de expansão quanto nos de recessão, mas anteriores ao ano 2000, taxas de variação líquida de emprego bastante reduzidas. Por outro lado, constata-se também que a partir de 2000 há uma melhora substancial na variação líquida do emprego. No que diz respeito às taxas de criação e destruição de emprego, não há uma nitidez e uma sincronia com o que a literatura oferece quando se procura a relação entre estas e o ciclo de negócios. No entanto, nos anos de 1996 e 1997 (expansão) a taxa de criação sai do patamar de 3,15% para 3,81%, ou seja, uma variação positiva de 20%. Já as taxas de destruição para esses dois anos são de 6,37% e 3,51%, cuja variação negativa gira em torno de 81%. Nesse sentido, verifica-se que o período de expansão parecer ter contribuído para um aumento da taxa de criação e uma redução significativa da taxa de destruição de empregos, o que de certa forma revela um comportamento coerente com os estudos já desenvolvidos nessa área.

Tendo ainda como referência a divisão do período delimitado nesse trabalho, nos anos de 1998 e 1999, descritos como um período recessivo da economia amazonense, as taxas de criação e destruição evoluem de maneira que as taxas de criação de emprego são de 3,91% e 0,16%, e as taxas de destruição de 3,77% e 2,53% respectivamente. Assim, tem-se que apesar da fase recessiva, a taxa de criação de emprego eleva-se em 0,10 pontos percentuais de 1997 para 1998 e reduz-se drasticamente de 1998 para 1999 em 3,75 p.p. Por outro lado, a taxa de destruição aumenta de 1997 para 1998 em 0,26 pontos percentuais e decresce em 1,24 pontos em 1999. Essa dinâmica das taxas de criação e destruição de empregos reflete-se na realocação de empregos e chamam a atenção para o fato de

o ano de 1999 caracterizar-se como o menos dinâmico da economia manauense, com um índice de realocação de apenas 2,69%, segundo as estimativas obtidas. Outro aspecto a ser destacado e que se encontra de acordo com fatos estilizados da dinâmica do emprego no Brasil diz respeito ao fato de que os períodos de expansão representam momentos de grande volatilidade do emprego, isto é, de alta realocação de postos de trabalho (CORSEUIL *et al*, 2003).

ANOS	JC	JD	NEG	GJR
1996	3.15	6.37	-3.22	9.52
1997	3.81	3.51	0.30	7.32
1998	3.91	3.77	0.14	7.68
1999	0.16	2.53	-2.37	2.69
2000	7.62	0.38	7.24	8.00
2001	6.45	0.15	6.30	6.60
2002	8.23	0.48	7.75	8.71
2003	8.30	0.20	8.10	8.51
2004	14.26	0.00	14.26	14.26
2005	9.42	0.01	9.40	9.43
Média	6.53	1.74	4.79	8.27

Tabela 7: Taxas JC, JD, NEG e GJR/ Manaus (sem médias) 1995-2005

Fonte: Elaboração própria dos dados da Rais\M.T. E.

As estimativas apresentadas na Tabela 7, em seu conjunto, mas principalmente as taxas de criação de emprego, uma sintonia com a literatura sobre essas taxas e os ciclos econômicos. Conforme Corseuil *et al* (2003), a criação de empregos é pró-cíclica e a destruição anticíclica. Dessa maneira, ao analisar as taxas de criação de 1996 a 2002, verifica-se, com exceção dos anos de 1998 e 2009, quando apesar do período recessivo, ocorre crescimento dessa taxa, todas as estimativas indicam movimentos em concordância os resultados de estudos e fatos estilizados preteritamente realizados e descritos. Porém o mesmo não se pode afirmar sobre as taxas de destruição, pois como se observa na tabela, nos períodos

considerados recessivos estas apresentam reduções significativas em seus valores, a saber, nos anos 1999 e 2001, suas magnitudes são de 2,53% e 0,15%, respectivamente. Por outro lado, no que se refere a realocação bruta do emprego (GJR), os dados revelam que esta realmente não guarda uma correlação com o ciclos econômicos.

5 - CONCLUSÃO

Após a execução das etapas preestabelecidas no projeto desta dissertação, cabe a partir de agora reunir as principais assertivas a respeito das flutuações do emprego na cidade de Manaus, segundo os objetivos e metodologia adotados para este fim. Vale recordar que a preocupação central do estudo consistiu na emissão um diagnóstico sobre a dinâmica do mercado de trabalho da capital amazonense, tendo como principais indicadores as taxas de criação e destruição de empregos. Além disso, apesar de parecer óbvio, procurou-se verificar o comportamento do mercado de trabalho em relação ao nível atividade econômica da região – mensurada em termos do produto interno bruto – no sentido de caracterizar as flutuações como cíclicas ou anticíclicas. Portanto, é com tais objetivos que se construiu os parágrafos subseqüentes.

Além das ressalvas mencionadas acima, outro aspecto que deve receber a devida atenção, diz respeito à literatura pertinente ao mercado de trabalho. De acordo com a teoria, dentre os fatores determinantes do mercado de trabalho, destacam-se três principais condicionantes, a saber: o ambiente sócio-cultural e as instituições que o regem; o cenário macroeconômico sob o qual está inserido; e a capacidade do fator humano de criar valor. Assim, antes de iniciarmos a conclusão propriamente dita deste trabalho, faz-se necessário esclarecer suas limitações no que concerne aos determinantes institucional/sócio-cultural e o que diz respeito à capacidade de prover valor, inclusive pelo fato destes não representarem o enfoque deste estudo. Na verdade, como mencionado nas seções anteriores, esta dissertação possui um caráter mais exploratório do que propriamente explicativo e, dessa maneira, procurou-se, na medida do possível, emitir um diagnóstico que se reportasse quase que exclusivamente ao condicionante macroeconômico e seus

desdobramentos, inclusive pelo fato de atribuir-se às variáveis ali inseridas os aspectos mais importantes para a conclusão ora elaborada. Neste sentido, após a análise dos resultados e apoiando-se nos estudos já realizados sobre o tema, chegou-se às ilações a seguir apresentadas.

Primeiramente, observando as considerações acima e o cenário macroeconômico no período em que se insere este trabalho, pode-se afirmar, a princípio, que o mercado de trabalho formal na cidade de Manaus possui uma dinâmica de efeitos similares ao mercado de trabalho nacional, tanto que os fatos que marcaram o ambiente econômico entre os anos de 1995 a 2005, causaram impactos de natureza bastante semelhantes, inclusive do ponto de vista do fenômeno da geração (destruição) de empregos na economia local. No entanto, foi possível perceber que esta dinâmica é deveras mais intensa na capital amazonense. De forma mais precisa, a dinâmica do mercado de trabalho manauense, em termos de criação e destruição de empregos, apresentou-se um pouco mais intensa em comparação a esse mercado em nível nacional. Esse resultado pode ser observado quando se comparou as referidas taxas na seção 3.4., especificamente a taxa de realocação bruta de trabalho. Uma constatação preliminar foi a de que política cambial adotada representou também um ponto de inflexão para o mercado de trabalho na região. Nesse sentido, tem-se uma fase de grande instabilidade no período que antecede a flexibilização do câmbio, com taxas de variação líquida de emprego próxima de zero ou até negativas, bem como um período de recuperação da atividade expressas numa elevação dessas taxas, como resultado de taxas de criação de empregos mais elevadas e queda nas taxas de destruição de empregos, refletindo a melhora na variação líquida de postos de trabalho. Grosso modo, é possível afirmar que a dinâmica do mercado de trabalho em Manaus tão intensa

quanto o resto do país, podendo inclusive ser caracterizada, em certos momentos, como mais dinâmica.

Novamente deve-se ressaltar que o diagnóstico de que o mercado de trabalho na região estudada não pode ser encarado, prematuramente, como algo imediatamente benéfico à classe trabalhadora, visto que esse elevado dinamismo, segundo a metodologia adotada de construção dos índices (taxas), pode refletir tanto momentos favoráveis quanto desfavoráveis para a classe trabalhadora. Nesse sentido, é possível identificar um elevado dinamismo do mercado de trabalho, com taxas de destruição de empregos de magnitudes bem elevadas em comparação às taxas de criação o que, evidentemente, não significa uma condição positiva para os trabalhadores. Essa peculiaridade da metodologia remete àqueles que a utilizem a adotarem-na com certo cuidado a fim de não cheguem a conclusões precipitadas e equivocadas sobre o tema.

Outro resultado que subsidia o diagnóstico do trabalho, diz respeito ao comportamento das taxas como resultado das flutuações da atividade econômica no estado do Amazonas. Nesse caso, verificou-se indícios que permitiram levantar a hipótese de que, conforme a literatura prevalecente, as taxas de criação seguem a evolução do ciclo econômico, ou seja, ascendem, quando este está em fase de expansão; e as taxas de destruição tendem a se elevar nas fases recessivas, caracterizando as primeiras taxas como cíclicas e, no caso das taxas de destruição de empregos, anticíclicas. Entretanto, estudos mais refinados podem e devem ser realizados futuramente, inclusive dispendo de instrumental econométrico, de forma a precisar ou medir os impactos das flutuações do produto interno bruto do Estado, nos fenômenos associados ao mercado de trabalho, incluindo àqueles relativos não necessariamente à criação de postos de trabalho, mas sobre a

elevação das horas trabalhadas que, com certeza, trata-se da reação inicial quando ocorre um aumento da demanda de bens e serviços de uma economia.

É claro que a existência de taxas de criação e destruição, suas variações e suas magnitudes não possuem como variáveis explicativas somente os instrumentos de origem cambial e/ou monetária, tampouco estão univocamente associadas ao desempenho da atividade econômica local. Na verdade, as características das estimativas obtidas não só nesta dissertação, como também em outros estudos realizados no Brasil, possibilitam atribuir o comportamento dessas medidas mais aos choques de natureza tecnológica e setorial do que propriamente de natureza agregada (CORSEUIL *et al*, 2002). No entanto, como já foi mencionado, crê-se que o desempenho do mercado de trabalho pode e deve ser influenciado por ações de ordem macroeconômica controladas pelo Governo. Essa lacuna do trabalho, antes de representar uma falha, viabiliza a abertura de um campo para o desenvolvimento de pesquisas futuras, que também poderão ser realizadas em níveis de desagregação maiores.

Do ponto de vista dos objetivos específicos, isto é, quanto aos setores mais dinâmicos do mercado de trabalho manauense, verificou-se que a indústria de transformação apresentou um maior dinamismo em comparação com o comércio e o setor de serviços. Sem a intenção da redundância, vale reforçar que ao se trabalhar com as medidas descritas na metodologia, aquela que sintetiza melhor esse dinamismo do mercado de trabalho é a taxa bruta de realocação, que no caso da indústria de transformação foi de 16,91%. No entanto, tal dinamismo poderá representar situações favoráveis ou não para o conjunto da classe trabalhadora. Ou seja, o dinamismo de um determinado setor, em termos de GJR, que seja resultante elevada taxa de criação de emprego e baixa taxa de destruição de emprego, pode

ser considerado, dependendo da magnitude da realocação, favorável à classe trabalhadora. Por outro lado, se a taxa de realocação resultar de elevadas taxas de destruição e, ainda, de ordem superior à taxa de criação, configurar-se-á uma situação adversa aos trabalhadores. Além dessa importante interpretação, a taxa de realocação bruta de emprego também pode ser vista como o grau de flexibilidade do mercado de trabalho que, no caso brasileiro, pode ser potencializada ao levar-se em conta a relativa rigidez da legislação trabalhista.

O fato do setor industrial, no Amazonas, ser o setor mais dinâmico também se destaca porque é este o setor que impulsiona os demais. Nesse sentido, há de haver uma relação de dependência entre este e os outros segmentos da economia, principalmente os setores de serviço e comércio. Mas talvez seja necessário um estudo mais aprofundado no sentido de se verificar o grau de complementaridade da indústria e as outras atividades econômicas.

Outro resultado complementar refere-se às mudanças estruturais da economia local durante o período de 1995 a 2005. Como pôde ser observado de forma mais ilustrativa com o gráfico do Índice de Mudança Estrutural, na fase que antecede a mudança da política cambial os valores do IME e o comportamento do referido gráfico indicam uma instabilidade maior do que a fase após a alteração da política do governo quanto ao câmbio. É claro que nesta etapa de transição as mudanças institucionais, o processo de privatização, a implementação de estratégias por parte das empresas diante da concorrência com os produtos importados, representaram fatores importantes para a tomada de decisão que havia sido realizada no mercado de trabalho pelo lado da demanda no que se refere à adequação a nova ordem comercial. É certo que a necessidade de manterem-se competitivas levou as empresas instaladas em Manaus e, principalmente, no pólo

industrial, a uma reestruturação de seu processo produtivo, ainda que elementar, como um enxugamento do processo produtivo, representou, sem dúvida, a destruição de postos de trabalho. Daí a constatação, tanto por meio do IME quanto pela indicação gráfica, de que a fase anterior à liberação parcial do câmbio é caracterizada por um grau maior de instabilidade do mercado de trabalho.

Evidentemente que os questionamentos relativos ao problema do emprego (desemprego) na cidade de Manaus não se esgotam com este singelo trabalho. Aliás, o pleno emprego, segundo a macroeconomia, é um conceito que admite uma taxa de desemprego de aproximadamente 5%. Destarte, há que se entender que este fenômeno é algo de natureza intrínseca ao sistema capitalista, sendo inclusive admitida a hipótese o referido fenômeno funciona como um mecanismo regulador de salários, mas este é outro assunto que no momento não é objeto deste trabalho. Assim, sabendo-se que este trabalho representa uma ínfima contribuição à pesquisa nesta área, encerra-se o mesmo com a perspectiva de que novos estudos sejam realizados com o intuito de agregar conhecimento e mitigar os problemas sociais gerados pela carência de postos de trabalho.

6 - BIBLIOGRAFIA

- ARGANDOÑA, A. GÁMEZ, C. MOCHÓN, F.** Macroeconomia Avanzada II. São Paulo: McGraw-Hill, 1999.
- BOISIER, S.** Em busca do esquivo do desenvolvimento regional: entre a caixa preta e o projeto político. *Planejamento e Políticas Públicas*, n.13, 1996.
- CARDOSO, J. C. J.** Determinantes da recuperação do emprego formal no Brasil: evidências para o período 2001/2005 e hipóteses para uma agenda de pesquisa. *Revista de Economia Política*, v. 29. n. 4, p.357-376, 2009.
- CENTENO, M. et al.** A criação e Destruição de Emprego em Portugal. Portugal: Boletim Econômico, p.79-108, 2007.
- CUNHA, A. B. et al.** Ciclos Econômicos Regionais no Brasil de 1985 a 2002. Rio de Janeiro: REC. V.10. n.1 p. 115-138, 2006.
- DORNBUSCH, R. FISHER , S.** Macroeconomia. 5. Ed. São Paulo: McGraw-Hill,1991.
- EHREMBERG, R. G. SMITH, R. S.** A Moderna Economia do Trabalho: Teoria e Política Pública. 5 ed. São Paulo: Makron Books, 2000.
- ESTEVES, L. A. et al.** Nacionalidade das empresas e fluxo de empregos: evidências da indústria de transformação. São Paulo: Estudos Econômicos, v.40, n. 1, p. 133-152, 2010.
- ESTEY, J. A.** Ciclos Econômicos: sua natureza , causa e controle. 3. Ed. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965.
- FROYEN, R. T.** Macroeconomia. Trad. 5. Ed.São Paulo: Saraiva, 2006.
- GUAJARINO, A. F.** Cooperação entre Empresas no Pólo Industrial de Manaus. Rio de Janeiro, 2005.
- KEYNES, J. M.** Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Trad. Cruz, M. R. (coleção *os economistas*). São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- LACERDA et al.** Economia Brasileira. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- LEITE, J. A.** Macroeconomia: Teoria, Modelos e Instrumentos de Política Econômica. São Paulo: Atlas, 1994.
- MURTEIRA, M.** A nova Economia do Trabalho. Lisboa: ICS, 2007
POCHMANN, M. Desemprego e Mercado de Trabalho: ensaios teóricos e empíricos. Editado por Fontes, R. Arbex M. A. Viçosa, 2000.

NASCIMENTO, L. R.C. et al. Diagnóstico da Demanda de Trabalho no Pólo Industrial de Manaus.

PINDYCK, R. S. RUBINFELD, D. L. Microeconomia. Trad. Pedro Catunda. São Paulo: McGraw-Hill, 1994

PINDYCK, R. S. RUBINFELD, D. L. Microeconomia. Trad. Pedro Catunda. São Paulo: McGraw-Hill, 1994

SHAPIRO, E. *Análise Macroeconômica*. São Paulo: Atlas, 1994.

RIBEIRO, E. P. Criação e Destruição de emprego na indústria e os efeitos do câmbio e da abertura comercial: o caso da indústria gaúcha nos anos 1990. São Paulo: Economia Aplicada, v. 10, 2006. P. 325-348.

SESSO, U. A. Decomposição Estrutural da Variação do Emprego no Brasil, 1991-2003. Economia Aplicada, v.14, n.1, 2010, p. 99-123.

TAFNER, Paulo (org.) Brasil: o estado de uma nação. Rio de Janeiro. IPEA.

VARIAN, H. R. Microeconomia: princípios básicos. Trad. 7 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006